



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) FEDERAL DA 10^a VARA FEDERAL
DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

OPERAÇÃO GREENFIELD

Referência: Procedimento Investigatório Criminal PIC - 1.16.000.000295/2019-17 e Inquéritos Policiais DPF/DF 1428/2018 e 335/2018

Índice

<i>1. Notas introdutórias sobre a Operação Greenfield.....</i>	<i>4</i>
<i>2. Os aspectos gerais da aquisição das ações ordinárias da ITAÚSA pela PETROS.....</i>	<i>5</i>
<i>3. Crimes cometidos no âmbito da PETROS.....</i>	<i>5</i>
3.1 Atos de gestão fraudulenta e pagamento de vantagens indevidas para gestores da PETROS	6
<i>4. O DESVIO DE RECURSOS DA PETROS EM FAVOR DA CAMARGO CORRÊA.....</i>	<i>45</i>
<i>5. Tipificação Penal das Condutas.....</i>	<i>46</i>
<i>6. As provas de autoria e materialidade e demais provas a serem produzidas em juízo.....</i>	<i>47</i>
<i>7. Pedidos</i>	<i>52</i>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 129, inciso I, da Constituição Federal; no artigo 6º, inciso V, da Lei Complementar nº 75/93 e no art. 257, inciso I, do Código de Processo Penal, promover

AÇÃO PENAL PÚBLICA

(DENÚNCIA)

em face de

1. **WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA**, Presidente da PETROS na época dos fatos, inscrito no CPF [REDAZIDO] residente e domiciliado na [REDAZIDO]
[REDAZIDO]
[REDAZIDO]
2. **LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO**, Diretor Financeiro e de Investimento na época dos fatos, inscrito no CPF sob o [REDAZIDO] nascido em 15.04.1961, residente e domiciliado na [REDAZIDO]
[REDAZIDO], residindo atualmente em Portugal, com endereço profissional na [REDAZIDO] portador do cartão de cidadão [REDAZIDO] emitido pela República Portuguesa;
3. **CARLOS FERNANDO COSTA**, Gerente Executivo de Investimentos da PETROS na época dos fatos, inscrito no CPF sob o [REDAZIDO]
[REDAZIDO]
[REDAZIDO]



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

- [REDACTED]
4. **REGINA LUCIA ROCHA VALLE**, Presidente em exercício do Conselho Deliberativo da PETROS na época dos fatos, DN 07/07/1965, filha de ELDA ROCHA VALLE, CPF [REDACTED]

- [REDACTED]
5. **ARMANDO RAMOS TRÍPODI**, Conselheiro do Conselho Deliberativo da PETROS na época dos fatos, filho de VALDEREZ MARIA RAMOS TRIPODI, DN 13/04/1959, [REDACTED]

- [REDACTED]
6. **RONALDO TEDESCO VILARDO**, Conselheiro do Conselho Deliberativo da PETROS na época dos fatos, DN 07/09/1964, LEDA MARIA TEDESCO VILARDO, [REDACTED]

- [REDACTED];
7. **JORGE JOSÉ NAHAS NETO**, Conselheiro do Conselho Deliberativo da PETROS na época dos fatos, DN 01/06/1959, filho de ADELAIDE CORREA NAHAS, [REDACTED]

em razão dos fatos a seguir expostos.



1. NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A OPERAÇÃO GREENFIELD

A Operação Greenfield, deflagrada em 5 de setembro de 2016, tem por escopo apurar investimentos realizados de forma fraudulenta ou temerária pelas principais entidades fechadas de previdência complementar (EFPC – ou fundos de pensão) do país.

Dos 10 (dez) casos que justificaram a deflagração da Operação Greenfield, 8 (oito) são relativos a investimentos realizados (de forma temerária ou fraudulenta) pelas EFPC em empresas por meio de Fundos de Investimento em Participações (FIPs), que é instrumento utilizado pelo investidor institucional (o fundo de pensão) para adquirir, indiretamente, participação acionária em empresa (em alguns casos, também debêntures simples ou conversíveis, como no FIP Enseada).

Os crimes praticados dolosamente (em coautoria) contra os fundos de pensão contaram com a participação dolosa (ou, em alguns casos, culposas, com o auxílio de pessoas não denunciadas em razão de dúvida razoável a respeito do dolo dessas pessoas) de núcleos criminosos, ou seja, de grupos de pessoas que desempenhavam funções distintas necessárias para a consecução da finalidade criminosa de lesar os cofres dos fundos de pensão e favorecer econômico-financeiramente alguns grupos econômicos e *holdings*.

Dos integrantes de núcleos criminosos investigados, os autores do crime de gestão fraudulenta previsto no art. 4º da Lei n. 7.492/86 são sempre os diretores (ou pessoas com poder de gestão) do fundo de pensão ou de outras instituições financeiras; são esses que podem produzir – por ação própria – o ato de investimento fraudulento ou temerário. Os integrantes dos demais núcleos respondem, em cada caso, na condição de participantes do crime. Dessa forma, considerando que a participação criminosa somente é punível quando é dolosa (não é punível a participação culposa), somente serão denunciados como partícipes do crime os agentes cujos elementos subjetivos forem claramente livres, conscientes e intencionais.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

2. OS ASPECTOS GERAIS DA AQUISIÇÃO DAS AÇÕES ORDINÁRIAS DA ITAÚSA PELA PETROS

A empresa Investimento Itaú S.A. – Itaúsa é uma holding de capital aberto listada na BM&FBOVESPA (atual B3) controladora das empresas Banco Itaú, Duratex, Elekeiroz e Itaotec. Em 2009 a empresa CAMARGO CORRÊA S.A. detinha 192.083.883 de ações do tipo ordinárias (ON) da Itaúsa, que representavam 11,4% do capital votante e 4,5% do capital total. Em 30 de dezembro de 2010 a PETROS comprou em leilão de ações realizado na Bovespa 192.572.583 ações Itaúsa ON da CAMARGO CORRÊA, e mais 20.810.530 ações de outros diversos vendedores, pagando R\$ 14,48 por ação.

Feitas essas considerações, em análise seguinte, verificar-se-á, de forma pormenorizada, as ilicitudes envolvendo a aquisição da ações Itaúsa ON da CAMARGO CORRÊA pela PETROS.

3. CRIMES COMETIDOS NO ÂMBITO DA PETROS

Inicialmente, impende ressaltar que as condutas típicas imputadas aos réus da presente demanda foram extraídas dos elementos de prova colhidos do Procedimento Investigatório Criminal PIC - 1.16.000.000295/2019-17 e dos Inquéritos Policiais DPF/DF 1428/2018 e 335/2018, que foram instaurados com o objetivo específico de investigar a possível ocorrência dos crimes de gestão temerária ou fraudulenta (artigo 4º, caput, e parágrafo único, da Lei nº 7.492/1986), em relação a aquisição de ações Itaúsa ON pela PETROS.

Os fatos aqui narrados também foram inferidos da Tomada de Contas Especial 016.257/2017-0 do Tribunal de Contas da União, auto de infração 12/2015-76 e processo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

44170-000004/2015-04 da PREVIC, relatório da CPI fundos de pensão e relatório da Comissão de Apuração Interna e Relatório da Comissão de Sindicância da PETROS.

A investigação aqui mencionada também contou com elementos trazidos pelas colaborações premiadas de **JOESLEY MENDONÇA BATISTA, ANTÔNIO PALOCCI FILHO** e **GUILHERME LEONEL GUSHIKEN**, especialmente dos dois últimos, que relatam o pagamento de propinas para ex-dirigentes da PETROS aprovar indevidamente o investimento.

3.1 Atos de gestão fraudulenta e pagamento de vantagens indevidas para gestores da PETROS

Por meio dos fatos que passaremos a narrar e com as circunstâncias que serão aqui detalhadas, no âmbito da PETROS, entre os anos de 2010 e 2011, os acusados **WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** (na condição de Presidente da PETROS), **LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO** (na condição de Diretor Financeiro e de Investimento da PETROS), **CARLOS FERNANDO COSTA** (na condição de Gerente Executivo de Investimentos da PETROS), **REGINA LUCIA ROCHA VALLE** (na condição de Presidente do Conselho Deliberativo da PETROS), **ARMANDO RAMOS TRÍPODI** (na condição de Conselheiro do Conselho Deliberativo da PETROS), **RONALDO TEDESCO VILARDO** (na condição de Conselheiro do Conselho Deliberativo da PETROS) e **JORGE JOSÉ NAHAS NETO** (na condição de Conselheiro do Conselho Deliberativo da PETROS) **geriram de forma fraudulenta a PETROS para permitir a aquisição pelo fundo de pensão de 213.383.113 ações Itaúsa ON, das quais 192.572.583 pertencia a empresa CAMARGO CORRÊA S.A.**

O investimento em comento ocorreu no âmbito da PETROS, de forma fraudulenta e sem que os riscos que envolviam o negócio fossem suficientemente apreciados



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

pelos seus dirigentes. Ressalte-se que **WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** (na condição de Presidente da PETROS) e **LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO** (na condição de Diretor Financeiro e de Investimento da PETROS) **receberam o pagamento de vantagem indevida em razão da aprovação do investimento, o que revela de forma mais nítida o caráter danoso e fraudulento do negócio jurídico entabulado.**

Conforme apurado, a empresa CAMARGO CORRÊA pretendia se desfazer completamente das ações que possuía da ITAÚSA, levantando recursos de forma rápida e com o maior lucro possível. No entanto, mesmo se tratando de ações de uma companhia listada em bolsa, a negociação de um volume tão grande de ações era inviável de ser feita em mercado aberto, contando com a participação espontânea de investidores interessados.

Com efeito, em 2009 foram negociadas em média 33 mil ações Itaúsa ON por dia na Bovespa, de modo que no mercado aberto a alienação das 192.083.883 ações ordinárias da ITAÚSA detidas pela CAMARGO CORRÊA demandaria mais de 5 mil dias.

Diante da dificuldade da venda das ações no mercado aberto, a companhia contratou o Banco N M Rothschild & Sons (BRASIL) LTDA. para estruturar uma proposta de alienação de todo o bloco de ativos da Itaúsa, que foi denominado de “Projeto Jaú”.

Após alguns contatos iniciais, no dia 3 de julho de 2009 a Rothschild enviou para a PETROS, em nome da CAMARGO CORRÊA, uma carta convite solicitando que o fundo de pensão encaminhasse uma proposta indicativa não-vinculante de compra das ações.

Em atenção a essa carta convite, a Assessoria de Novos Projetos (ANP) da PETROS, em 28 de julho de 2009, emitiu, aos cuidados do Diretor Financeiro e de Investimentos, o acusado **LUIS CARLOS FERNANDES AFONSO**, o memorando ANP 211/2009, assinado por MARCELO PERILLO, Gerente executivo de Novos Projetos, tendo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

como assunto “aquisição de participação no capital da Itaúsa”. Na introdução do documento consta:

trata-se o referido expediente da aquisição de ações ordinárias e preferenciais do capital da holding Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“Itaúsa”), tendo como objeto maximizar a rentabilidade dos investimentos da Fundação, **por meio da participação na administração, na fiscalização e no processo decisório dos investimentos da referida companhia, por meio dos conselhos de Administração e Fiscal.** (grifo nosso)

O memorando ANP 211/2009 inicia com uma descrição da companhia-alvo e, após, propõe a aquisição das ações Itaúsa na forma ofertada pelo Rothschild. O documento também discorre sobre a estratégia de aquisição de ações para que um acionista tenha o direito de indicar membros do Conselho de Administração e Fiscal de uma sociedade anônima, sugerindo a “aquisição de, no mínimo, 15% das ações ordinárias com direito a voto, observando, ainda, o item relativo ao segmento de Renda Variável da Política de Investimento 2009-2013, vigente”.

Anexo ao memorando ANP 211/2009 constaram: i- a carta convite do Rothschild; ii- uma apresentação da operação elaborada pelo Rothschild em PowerPoint datada de 26 de maio de 2009; e iii- memorando JUR/CS-C 700/2009, de 27 de julho de 2009, manifestando-se sobre a operação e a minuta de Proposta Não Vinculante (memo JUR 700/2009).

A Diretoria Executiva da PETROS, com base no Memorando ANP 211/2009, em reunião realizada no dia 29 de julho de 2009, autorizou: a) a formalização de “Proposta Não Vinculante” para aquisição de ações ordinárias e preferenciais da Itaúsa, de propriedade da CAMARGO CORRÊA, com o objetivo de ter participação na administração, fiscalização e no processo decisório dos investimentos da Companhia, por meio dos Conselhos de Administração e Fiscal, conforme minuta aprovada pela Gerência Jurídica da PETROS; e b) indicou o Diretor



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

Financeiro e de Investimentos para assinatura da Proposta Não Vinculante das Ações Itaúsa de propriedade da CAMARGO CORRÊA (Ata DE 1723, Processo DE 321/2009).

A proposta não vinculante foi assinada na mesma data, 29 de julho de 2009 (Carta PRES-263/2009), por **WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** e **LUIS CARLOS FERNANDES AFONSO**, com valor máximo indicativo de R\$ 12,15, por cada ação ordinária, e R\$ 9,57, por cada ação preferencial. Com efeito, na Proposta Não Vinculante a PETROS oferece:

Para aquisição do lote total proposto de ações da Itaúsa, compreendendo a quantidade de 189.689.869 ações ordinárias (ITSA3) e 4.385.626 ações preferencias (ITSA4), correspondente a 11,56% do capital votante e 0,17% do capital preferencial, representando 4,55% do capital total da Itaúsa, a PETROS apresenta o valor máximo indicativo de R\$ 12,15 por cada ação ordinária e R\$ 9,57 por cada ação preferencial.

A proposta foi recebida pela Rothschild no dia 31 de julho de 2009. Em 21 de setembro de 2009 a Rothschild enviou e-mail para **LUIS CARLOS FERNANDES AFONSO** contendo nova apresentação e propondo novos parâmetros de avaliação das ações ITAÚSA, uma vez que aqueles contidos na Proposta Não Vinculante não refletiam o valor intrínseco e potencial devido dos ativos.

Essa oferta de investimento nas Ações ITAÚSA foi registrada no sistema de Gestão de Ofertas de Investimento (GOI) da PETROS no dia 3 de dezembro de 2009, sob o nº 573, registro esse que daria início ao processo interno de análise da Operação.

Dando seguimento ao projeto, no dia 16 de setembro de 2010, sem que houvesse a prévia e formal manifestação da Assessoria de Novos Projetos (ANP)¹, a CAMARGO CORRÊA S.A. e a PETROS firmaram um “Memorando de Entendimentos” com vigência de

¹ Que era obrigatória, conforme será visto abaixo.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

180 dias, de caráter irrevogável e irretratável, vinculante para ambas as partes, para a aquisição pelo fundo de pensão da totalidade da participação acionária que seria ofertada pela CAMARGO CORRÊA, bem como um volume adicional de ações ordinárias ofertadas por outros acionistas da ITAÚSA, de forma a atingir aproximadamente 15% das ações ordinárias com direito de voto, pelo valor unitário de R\$ 13,39, corrigido pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Vale destacar que no referido documento constou que a CAMARGO CORRÊA S.A. possuía 192.083.883 ações ordinárias da Itaúsa e foi assinado.

Em razão do Memorando de Entendimentos acima mencionado, no dia 27 de setembro de 2010 foi emitido o memorando API-031/2010, assinado pelo Gerente Executivo de Investimento da PETROS, **CARLOS FERNANDO COSTA**, recomendando a aquisição de 192.083.883 ações ordinárias da Itaúsa pertencentes à CAMARGO CORRÊA S.A., objetivando atingir 15% do capital votante da companhia, e sugerindo a aquisição pelo o preço base de R\$ 13,39, observado o máximo de R\$ 14,48 por ação. O preço base representava o preço médio ponderado por volume nas últimas 120 negociações das ações ordinárias da Itaúsa, considerando um desconto da Itaúsa de 19,6%. O preço limite de R\$14,48, estava baseado no preço médio ponderado por volume nas últimas 120 negociações das ações ordinárias de Itaúsa, considerando o desconto histórico médio de 21,2%. Note que o preço limite de R\$ 14,48 causa certa estranheza, uma vez que com a aplicação de um desconto maior (21,2%) o preço da ação deveria ficar aquém do preço sugerido de R\$ 13,39 (que possuía um desconto de 19,6%).

Anexo ao memorando API-031/2010 consta o “Memorando de Entendimentos entre Camargo Corrêa S.A. e PETROS”, o qual já apresenta os moldes do acordo e o preço, fixado em R\$ 13,39 por ação:

2.2. A PETROS obriga-se desde já a apresentar uma Oferta de Compra no Leilão compreendendo um volume de ações ordinárias equivalente a, pelo menos, 15% (quinze por cento) das ações com direito a voto de emissão da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

Companhia pelo valor unitário de R\$13,39 (Treze reais e trinta e nove centavos) e corrigido conforme cláusula 2.2.1 abaixo (“Preço de Aquisição”), independentemente da incidência de ofertas interferentes de venda. O Preço de Aquisição deverá ser pago à CAMARGO CORRÊA e aos demais comitentes vendedores à vista, em moeda corrente nacional, no momento da liquidação financeira da Operação, conforme as regras da BM&FBOVESPA.

Em síntese, o preço de aquisição acordado e aceito pela Camargo Corrêa era de R\$ 13,39 por ação, corrigidos pelo CDI desde 15 de setembro de 2010 até o dia anterior da publicação do edital do leilão.

Vale destacar, também, que, conforme seção 5.2.4 da NE-002 (art. 6.3), as Ações Itaúsa se enquadravam na Carteira de Participações, que deveria ser constituída por portfólio de participações acionárias em empresas ou fundos de investimento que proporcionasse o direito de assento em conselho de administração ou fiscal, comitê de investimento ou possuísse acordo de acionistas, ou debêntures de participação. Desse forma, uma das características dos ativos adquiridos pela PETROS para compor essa carteira teria que ser, necessariamente, acesso à decisões de governança corporativa das empresas investigadas. Ou seja, a PETROS teria que adquirir 15% das ações ordinárias da Itaúsa², o que, conforme veremos, não ocorreu na aquisição realizada em dezembro de 2010.

O memorando API-031/2010, datado de 27/09/2010, é então enviado para a Diretoria Executiva composta por **WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA**, **NEWTON CARNEIRO DA CUNHA**, **LUIS CARLOS FERNANDES AFONSO** e **MAURÍCIO FRANÇA RUBENS**, que no mesmo dia aprova a proposta, autorizando a compra de 192.083.883 ações ordinárias de emissão da Itaúsa e de propriedade da CAMARGO CORRÊA, bem como determina a remessa para análise do Conselho Deliberativo da PETROS (ata 1797).

² CTI – PETROS, p. 33/34



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

Aqui vale destacar que o memorando API-031/2010 possui exatamente a mesma data da reunião da Diretoria Executiva que o aprovou, o que é de se estranhar já que é praticamente impossível elaborar um parecer dessa complexidade em tão curto prazo, especialmente se considerarmos que a reunião da Diretoria Executiva teve início às 10h30min. Esse fato demonstra que o documento API-031/2010 foi confeccionado sob encomenda apenas para cumprir formalidades, uma vez que a decisão da Diretoria Executiva já estava tomada, especialmente quando se tem em mente que dois dos integrantes desse colegiado, **WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** e **LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO**, receberam propina em razão da aprovação do investimento. Sobre a pressa incomum na aprovação do negócio, constou do relatório da Comissão de Sindicância interna da PETROS que (PRES 007/2017, p. 16):

Também se faz importante ressaltar a velocidade com que o investimento foi aprovado pelas instâncias responsáveis, com prazos que não são razoáveis para se avaliar de maneira satisfatória um investimento desta magnitude, como exemplo, citamos o Memorando API-031 que teve a aprovação pela Diretoria Executiva na mesma data de sua elaboração, 27/09/2010. A aprovação pelo Conselho Deliberativo se deu 6 dias úteis após.

Seis dias úteis depois, em reunião datada de 5 de outubro de 2010, o Conselho Deliberativo da PETROS, de forma unânime, autorizou a aquisição das ações, condicionada à prerrogativa da PETROS ter o direito de assento no Conselho de Administração (Ata 427).
Constou da ata:

Decisão: o Conselho Deliberativo, com base nos termos descritos no memorando API-031/2010, de 27-09-2010, autorizou, por unanimidade, **condicionada à prerrogativa da PETROS ter direito a assento no Conselho de Administração:** I- a compra de 192.083.883 ações ordinárias de emissão da Itaúsa, de propriedade da CAMARGO CORRÊA, no leilão a ser realizado pela ofertante, ao valor de R\$ 13,39 por ação - corrigidos pelo CDI – conforme item 4 do memorando api-031/2010; II- a compra de ações ordinárias de emissão da Itaúsa, com objetivo de atingir aproximadamente 15% do total de ações da companhia, seja em leilão, seja em compra a mercado



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

(BM&FBOVESPA), no caso de não atingido o percentual de 15% na ocasião do leilão do item I.

Integravam o Conselho Deliberativo da PETROS Wilson Santarosa, **REGINA LUCIA ROCHA VALLE**, **JORGE JOSÉ NAHAS NETO**, PAULO TEIXEIRA BRANDÃO, **RONALDO TEDESCO VILARDO** e YVAN BARRETO DE CARVALHO.

Embora aprovada a aquisição dos ativos pelo Conselho Deliberativo da PETROS, em 22 de novembro de 2010, o Gerente Executivo de Investimentos, **CARLOS FERNANDO COSTA**, estranhamente elaborou aditivo ao memorando (API-043/2010) propondo alteração da estratégia de precificação das ações, ignorando por completo o prazo de 180 dias de vigência do ajuste inicial e o fato dele já prever a correção do preço acordado pela CDI.

Agora o preço de aquisição seria apurado pela média de preço ponderada pelo volume de ações PN da Itaúsa (ITSA4) no período de 5 de agosto a 2 de dezembro de 2010, extremos incluídos, corrigidos pelo CDI de 03/12/2010 até a data de colocação da oferta. Conforme se verá mais adiante, **a alteração foi contra os interesses da PETROS e gerou prejuízos milionários ao fundo de pensão.**

No mesmo dia 22/11/2010, a Diretoria-Executiva da PETROS, em reunião extraordinária composta por **WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA**, **LUÍS CARLOS FERNANDES** e MAURÍCIO FRANÇA RUBENS, autorizou sem questionamento a alteração da precificação das ações, nos termos do API-043/2010, e encaminhou a matéria para o Conselho Deliberativo (Ata 1806). NEWTON CARNEIRO DA CUNHA estava ausente dessa reunião por motivo de férias.

Note que mais uma vez o documento expedido pelo Gerente Executivo de Investimentos (API-043/2010), **CARLOS FERNANDO COSTA**, tem a mesma data da reunião da Diretoria Executiva que o aprovou (22/11/2020). Sobre a pressa na aprovação do



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

negócio, a Comissão de Sindicância interna da PETROS destacou que (PRES 007/2017p. 16):

O mesmo se repete para Memorando API-043 que também teve tanto sua elaboração quanto aprovação pela Diretoria da PETROS na mesma data, 22/11/2010. Este caso tem um agravante, pois o Conselho Deliberativo aprovou a alteração das condições propostas pelo documento apenas 2 (dois) dias úteis depois.

Em 24 de novembro de 2010 o Conselho Deliberativo da PETROS, em reunião extraordinária composta por **REGINA LUCIA ROCHA VALLE**, PAULO TEIXEIRA BRANDÃO, **ARMANDO RAMOS TRÍPODI**, **RONALDO TEDESCO VILARDO**, **JORGE JOSÉ NAHAS NETO** e YVAN BARRETTO DE CARVALHO, aprova a decisão da diretoria executiva e autoriza a adequação da estratégia de precificação, sem qualquer questionamento e em manifesto prejuízo ao fundo de pensão (Ata 430).

Após a aprovação pelo Conselho Deliberativo, as ações foram efetivamente adquiridas pela PETROS pelo valor de R\$ 14,48 cada, curiosamente o mesmo preço que havia sido estabelecido como limite no API 031/2010 (memorando anterior ao aditivo), elaborado pelo Gerente Executivo de Investimentos, o acusado **CARLOS FERNANDO COSTA**. Note que a CAMARGO CORRÊA estabeleceu um preço para venda que não havia sido previsto em nenhum dos instrumentos contratuais, mas que, repita-se, era exatamente o valor máximo que a PETROS havia se disposto a pagar pela ação.

Em 30 de dezembro de 2010 a PETROS efetivamente compra, em leilão de ações realizado na Bovespa, 192.572.583 ações ITAÚSA ON (conforme ordem de compra do dia 27/12/2010) da Camargo Corrêa, e mais 20.810.530 ações de outros diversos vendedores. Neste momento, a PETROS adquire 12,7% do capital votante da empresa Itaúsa.

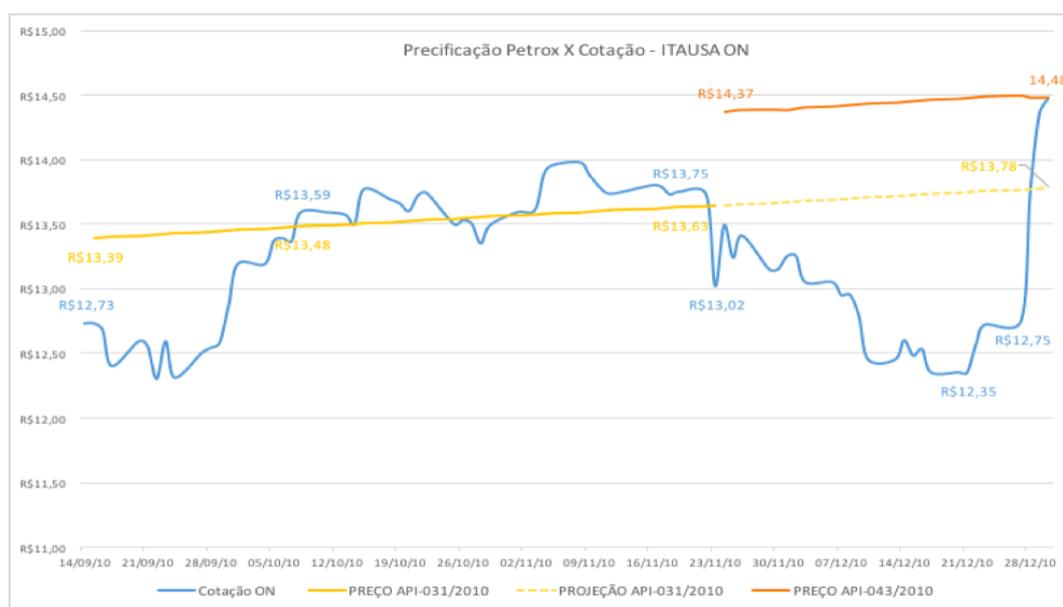
Vale destacar que **o preço final pago pela PETROS foi de R\$ 14,48 por ação, enquanto em 30 de dezembro de 2010 o preço médio das ações ordinárias da Itaúsa**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

negociado nos últimos 120 pregões era de R\$ 12,89 (excluído o dia da aquisição).

A primeira irregularidade a ser destacada é a mudança da precificação das ações ITAÚSA sem justificativa plausível. Para a devida compreensão dos fatos, trazemos abaixo o gráfico e os marcos temporais constantes do relatório da CPI do Fundos de Pensão (p. 582):



- 1) Em 15/09/2010 a PETROS, através do API-031/2010, atribui o valor de R\$13,39 corrigido pelo CDI a ação ordinária da Itaúsa. A ação fechou cotada em R\$12,73 no pregão anterior;
- 2) Em 08/10/2010 a cotação da Itaúsa ON se valoriza e fecha o dia cotado na bolsa a R\$13,59, acima do valor de R\$13,48 que a PETROS estaria pagando pela ação naquele dia. A cotação se mantém acima do “Preço da PETROS” por quase todos os dias no período de 08/10/2010 a 22/11/2010;
- 3) No dia 22/11/2010 a PETROS elabora e aprova na diretoria executiva o documento



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

API-043/2010 propondo nova fórmula de precificação das ações. No pregão anterior ao dia da elaboração do documento, a ação havia fechado a R\$13,75 e o preço de compra da PETROS estava em R\$13,63. Com a fórmula proposta no API-043/2010 o preço de aquisição passaria a ser R\$ 14,37;

4) No dia 23/11/2010 as ações ordinárias da Itaúsa se desvalorizam no mercado e caem 5,30% atingindo o valor de R\$13,02;

5) No dia 24/11/2010 o Conselho Deliberativo aprova a mudança na precificação das ações. No pregão anterior as ações fecharam em R\$ 13,02 e o preço de aquisição, definido no API-031/2010, estava em R\$ 13,64. Com a aprovação da nova fórmula de precificação, o preço de aquisição passa a ser R\$14,37 (10,3% acima do valor da cotação);

6) Em 25/11/2010 o processo de desvalorização das ações ON da Itaúsa, iniciado em 23/11/2010, se acentua gravemente.

7) Em 21/12/2010 as ações atingem seu segundo menor valor no período em análise, R\$12,35;

8) Em 28/12/2010 a PETROS lança a ordem de compra das ações ao preço de R\$ 14,48 e as ações Itaúsa ON disparam no pregão valorizando-se 7,6%. No dia anterior a ordem, a ação havia fechado o pregão cotada em R\$ 12,75.

9) Vale salientar que nos dias 28/12/2010 e 29/12/2010 foram negociadas um volume extremamente superior à média diária de ações ITAÚSA ON.

10) Em 30/12/2010 é executada a ordem de compra da PETROS e o negócio se concretiza. Devido ao volume de ações que envolveu essa negociação, o preço da negociação se iguala cotação do mercado para o ativo no dia, R\$ 14,48.

Conforme é possível notar dos eventos acima descritos, quando a previsão de valorização do ativo começa a acontecer, conforme aliás já era previsto no primeiro API (API-



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

031/2010), e o negócio começa a ficar mais vantajoso para a PETROS, seus dirigentes, sem nenhum motivo razoável, aceitam mudar as condições do negócio para que novamente se torne ruinoso para o fundo de pensão e benéfico para a CAMARGO CORRÊA.

Sobre a alteração indevida na precificação, destacou a Comissão de Sindicância interna da PETROS que (PRES 007/2017,p. 13):

Quando da assinatura do Memorando de Entendimentos em setembro de 2010, a operação era muito vantajosa para a CAMARGO CORRÊA, pois a PETROS pagaria R\$ 13,39 por um ativo que estava sendo negociado a R\$ 12,73. Mas também era sabido que uma possível valorização das ações no mercado seria benéfica para a Fundação, pois com o preço já definido, poderia acontecer deste preço ser menor que o valor das ações no mercado no momento do leilão. Tal valorização ocorreu e entre praticamente todos os dias entre 08/10 e 23/11/2010 a operação tinha se tornado lucrativa naquele momento. Entretanto, sem uma justificativa convincente, a PETROS concorda com a proposta da CAMARGO CORRÊA em alterar a metodologia para a definição do preço de aquisição, passando a considerar as ações preferenciais e, também, um novo período de 120 dias para definição do preço médio de aquisição. Fica demonstrado no gráfico que a partir de 24/11/2010, com a adoção do Aditivo ao Memorando de Entendimentos, a PETROS passou a pagar R\$ 14,36 por um ativo que custava no mercado R\$ 13,49 e que pagaria, naquele momento, R\$ 13,64 se mantido o acordo inicial. Com a posterior queda na cotação das ações da Itaúsa, esta disparidade dos preços ficou ainda mais evidente. Com isso, no dia 27/12/2010, um dia antes ao anúncio ao mercado da realização do leilão, a PETROS teria que comprar as ações ITSA3 da CAMARGO CORRÊA por R\$ 14,48, segundo o novo Memorando de Entendimentos, enquanto pagaria R\$ 13,77 se mantidas as condições acordadas em setembro daquele ano e com o ativo precificado a R\$ 12,75 no mercado.

Cumprido destacar que o API 043/2010, que analisou o aditamento ao memorando de entendimento, justificou a alteração da precificação na existência de variação de 11,7% no preço das ações ordinárias ITAÚSA. Contudo, essa variação já era esperada desde quando firmado o memorando de entendimento, uma vez que esse documento sinalizava uma movimentação no sentido da aquisição de um grande volume das ações ITAÚSA no mercado,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

o que logicamente leva à valorização do ativo. Ou seja, esse não era um fato novo que justificasse a alteração da precificação inicialmente estabelecida no memorando de entendimento.

Também constou do API 043/2010 que, em função do montante significativo da operação em questão, não havia tempo hábil para o resgate de títulos que a PETROS possuía para o pagamento das ações ITAÚSA. Porém, o Memorando de Entendimento, conforme já exposto, previa um prazo de vigência de 180 dias, existindo tempo suficiente para a PETROS obter os recursos para pagar pelas as ações ITAÚSA.

Note também que o risco do negócio já estava estabelecido pelas partes desde o momento em que firmaram no memorando de entendimento, de modo que se a cotação da ação subisse a PETROS seria beneficiada com a atualização pelo CDI, e, ao contrário, caso a cotação da ação baixasse, a vendedora seria beneficiada.

Após o aditivo ao memorando de entendimentos, as ações ITAÚSA foram efetivamente adquiridas pela PETROS por R\$ 14,48 cada. Vale recordar que esse valor da ação curiosamente coincide com o limite máximo previsto no API 031/2010, documento anterior ao aditamento. Conforme histórico acima, as partes primeiro firmam o memorando de entendimento prevendo a venda da ação por R\$13,39; em razão desse documento é confeccionado o API 031/2010 sugerindo a aquisição das ações pelo preço base de R\$ 13,39, observado o máximo de R\$ 14,48 por ação; a Diretoria executiva da PETROS e o Conselho Deliberativo então autorizam a compra por R\$ 13,39; posteriormente as partes aditam o memorando de entendimento, que também é aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, e, então, a PETROS efetivamente compra as ações por R\$ 14,48, exatamente o preço máximo constante do API 031/2010. **Esses fatos indicam que existia uma conta de chegada e que os acusados trabalharam para que ela efetivamente fosse alcançada.**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

Conforme destacado no relatório de fiscalização n 28/2014/ERRJ/PREVIC, “apesar do Memorando e do Aditamento, a CAMARGO CORRÊA estabeleceu um preço para a venda que não havia sido previsto em nenhum dos instrumentos contratuais, mas era exatamente o valor máximo que a PETROS teria autorização para pagar pela ação”.

A respeito dessa alteração na precificação, na Tomada de Contas Especial 016.257/2017-0, o Tribunal de Contas da União concluiu que em razão do tamanho do negócio era preciso que o fundo de pensão tivesse realizado um estudo mais profundo sobre a viabilidade da aquisição. Destacou, também, que foram observados indícios de irregularidades e falta de prudência, além de um ímpeto de realizar a operação de forma vantajosa para a CAMARGO CORRÊA. O motivo do prejuízo seria a mudança da metodologia de precificação das ações, sem motivos plausíveis, tornando danosa a operação para a PETROS.

De acordo com a PREVIC, **se o preço tivesse acompanhado o primeiro memorando de entendimento, desconsiderando a alteração da estratégia de precificação das ações, a PETROS teria poupado R\$ 151,5 milhões na operação.**

Outra irregularidade constatada foi o **pagamento de prêmio de controle pela aquisição de ação que, contudo, não davam direito ao controle da empresa.**

Conforme apontado pelo relatório da CPI, a fórmula de precificação utilizada pela PETROS equivale matematicamente a: Preço de Aquisição = média PN * 111,22%. Ou seja, sobre a média do preço de mercado da ação PN a PETROS iria pagar um ágio de 11,22%.

Segundo a PETROS, o ágio de 11,22% (metade do desconto de holding) em cima do valor de mercado da ITAÚSA foi pago porque “a participação negociada possuía valor estratégico, pela possibilidade de indicação de membro para compor o Conselho de Administração da Companhia, consequentemente permitindo ao seu detentor influenciar na



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

governança da Empresa”³.

Contudo, essa afirmação é falaciosa, contradizendo os próprios documentos da PETROS e a legislação das Sociedades Anônimas. Com efeito, extrai-se do API-031/2010:

“A totalidade da Participação Acionaria que será ofertada pela CAMARGO CORRÊA representa 11,4% do capital votante e 4,4% do capital total da Companhia.

Esta Gerência entende que a entrada neste investimento deverá se dar com a aquisição da totalidade da Participação Acionaria ofertada pela Camargo Corrêa, bem como um volume adicional de ações ordinárias ofertadas por outros acionistas da Itaúsa de forma a atingir aproximadamente 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Itaúsa com direito a voto, em conformidade com a legislação em vigor aplicável ao mercado e as entidades fechadas de previdência complementar (“EFPCs”)

Note-se, portanto, que pelo API-031/2010 já era sabido que a participação acionária na ITAÚSA ofertada pela CAMARGO CORRÊA era de 11,4% do capital votante, insuficiente pela legislação para garantir uma cadeira no Conselho de Administração da Companhia. Com efeito, a Lei das Sociedades Anônimas prevê a eleição de um membro e seu suplente do conselho de administração pelo acionista que detiver ações de emissão de companhia aberta com direito a voto que representem, pelo menos, 15% do total das ações com direito a voto.

Ou seja, mesmo se tratando de uma participação relevante, as ações ITAÚSA ON da Camargo Corrêa não davam direito a nomeação ao Conselho de Administração da companhia, tornando sem fundamento qualquer ágio pago por participação na gestão da empresa. Torna-se ainda mais controverso o pagamento deste ágio quando se analisa a baixíssima liquidez dessas ações, conforme já mencionado acima⁴.

³ Documento GDI- 077/2014, de 24 de outubro de 2010, da PETROS, expedido em resposta à Solicitação de Informações e Documentos 03 – SID 03 da PREVIC.

⁴ Em 2011 a ITAÚSA estranhamente concedeu um assento no Conselho Deliberativo para a PETROS, mesmo sem ela possuir 15% das ações (quantidade exigida para fazer parte do conselho nos termos do art. 141 da Lei 6.404/76) e sem um acordo de acionistas. Essa cadeira concedida pela ITAÚSA foi ocupada pelo Sr. José Sergio



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

O pagamento indevido do prêmio de controle também não passou despercebido pelo laudo da Polícia Federal elaborado nos autos do IPL 1428/2018-4. Com efeito, consta do mencionado laudo:

A Camargo Côrrea S.A., já no Memorando de Entendimento deixou claro possuir apenas 11,4% da Ações Ordinárias, quantidade ações que garantiriam participação no Conselho Administrativo. Por sua vez, a PETROS, via API-31 confirma essa informação, ao declarar a necessidade de adquirir outras Ações Ordinárias, fora as oferecidas pela Camargo Côrrea S.A. para alcançar os 15% de participação, quantidade de ações que efetivamente garantiriam a participação no Conselho Administrativo.

Neste sentido, é totalmente equivocado o pagamento de um preço maior á Camargo Côrrea S.A. com a justificativa de participação no controle da Itaúsa.

Vale esclarecer que posteriormente a essa aquisição inicial, a PETROS continuou comprando ações a mercado da ITAÚSA até atingir o percentual 15% em janeiro de 2014, o que lhe garantiu juridicamente o assento no Conselho Deliberativo da empresa. Contudo, essa cadeira tinha muito pouco valor em razão da estrutura familiar da companhia. Conforme apontado no Relatório da Comissão de Sindicância interna da PETROS (PRES 007/2017), o resultado limitado na governança da empresa e os resultados obtidos não justificavam a estratégia de aquisição do percentual de 15% de ações ordinárias:

O trabalho de aproximação realizado pela GPM com os Conselheiros indicados e a Companhia desde 2011, buscou endereçar alguns temas de governança identificados a partir das avaliações ESG realizadas. No entanto, destacamos que o resultado final é bastante limitado e as pequenas melhorias alcançadas não justificam a estratégia de aquisição do percentual de 15% de ações ordinárias!

Note, portanto, que ainda que a PETROS tivesse direito a um assento no Conselho Administrativo quando adquiriu as ações da CAMARGO CORRÊA (o que não tinha, repita-se), o ágio pago pelo prêmio de controle também não se justificaria em razão da estrutura

Gabrielli.

SGAS 604, Lote 23, Sala 115, Brasília-DF – CEP: 70.200-640
Tel.: (61) 3313-5268 / Fax: (61) 3313-5685



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

familiar da ITAÚSA, já que o fundo de pensão pouca influência poderia exercer na companhia. Nesse sentido, consta do relatório da CPI:

O resultado do negócio Itaúsa, incluindo a compra posterior de ações em bolsa para atingir os 15%, foi desastroso para PETROS. A PETROS pagou um prêmio por um direito que não existia (assento no conselho da Itaúsa), teve que comprar mais ações em leilão a fim de adquirir o direito ao assento, não conseguiu atingir os 15% necessários para ter direito ao assento com a compra no leilão, conseguiu negociar informalmente (sem nenhuma garantia) a indicação de um conselheiro, para garantir o assento teve que comprar mais ações, e, ao fim, devido a uma estrutura societária família, não obtém vantagem alguma por possuir esse assento.

Em outras palavras, a PETROS pagou ágio por um ativo ilíquido e que não lhe dava poder de governança eficaz, quando as circunstâncias indicavam que deveria existir na realidade um deságio na operação. Com efeito, a aquisição das ações não dava cadeira na Conselho de Administração da ITAÚSA, e, mesmo que desse, a influência que a PETROS poderia exercer seria pequena, considerando que 60% das ações ordinárias da companhia continuariam nas mãos do grupo então controlador. Além disso, havia interesse da CAMARGO CORRÊA em se desfazer das ações, o que levaria aproximadamente 20.000 mil dias para vender todo o seu lote em mercado aberto (cf. API-031/2010), fato esse que poderia ter sido utilizado pela PETROS negociar um deságio no preço das ações.

Nesse mesmo sentido é o Laudo que foi elaborado a pedido da PETROS no procedimento de apuração de responsabilidades. Com efeito, consta do documento que a vendedora “*poderia estar disposta, inclusive, a conceder um significativo deságio no preço praticado a mercado para então obter o requerido caixa líquido em uma única transação*”.

Por sua vez, o laudo pericial da Polícia Federal, elaborado nos autos do IPL 1428/2018-4, além do pagamento indevido do ágio pelo prêmio de controle, apontou outras falhas na metodologia utilizada para a formulação do preço final para as ações ordinárias da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

Itaúsa, demonstrando o dolo dos agentes:

- a) desprezou o preço de mercado do ativo implícito e considerou o preço de mercado com base nas ações preferenciais, desconsiderando as ações ordinárias, efetivamente compradas e vendidas;
- b) elevou o Preço Calculado com base em materiais publicitários imprecisos e com dados defasados;
- c) ignorou a distinção evidente entre o Preço Teórico da ação, disseminado pelas corretoras e pelo departamento de relação com investidores da Itaúsa, e o Preço de Mercado da ação, aquele realmente alcançando pela interação entre os comprados e os vendedores. O Preço Mercado difere do Preço Teórico exatamente por prever o prêmio ao comprador para submetesse em risco de renda variável;
- d) (item “e” do laudo) manteve a correção equivocada do Preço Calculado por meio de taxa do CDI, desconsiderado as variações normais no mercado do ativo.

Pela importância das constatações, transcrevemos integralmente o trecho do laudo da Polícia Federal que trata da precificação das ações:

- a) desprezou o preço de mercado do ativo implícito e considerou o preço de mercado com base nas ações preferenciais, desconsiderando as ações ordinárias, efetivamente compradas e vendidas.

No mercado, é praxe os investidores reclamarem um abatimento no preço de ativos financeiros de menor liquidez. Essa compensação pela baixa liquidez se deve em razão da dificuldade de revende-los. Neste sentido, havendo estorvo na compra de uma porção grande de ativo financeiro, esperasse um substancial abatimento sobre o preço teórico.

Esse efeito da liquidez sobre o preço resulta que, tipicamente, o preço da ação preferencial, mais líquida, seja mais valorizado que o da ação ordinária, ainda que a ação ordinária possibilite participação no curso deliberativo da empresa.

Logo, o uso do preço da ação preferencial no cálculo do Preço Final da ação, além de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

obviamente equivocado, ainda acaba por inflacionar o valor. Mesmo que se ignore a liquidez do ativo na formulação do “preço justo”, é óbvio que o cálculo deve considerar mercado do ativo realmente negociado.

b) elevou o Preço Calculado com base em materiais publicitários imprecisos e com dados defasados. Os dados usados não apresentavam atualização dos valores estimados com fundamento nas informações publicadas na data próxima à liquidação da operação.

Observa-se que na operação em questão, o sobrepreço de 1,11 decorreu da diferença entre o Preço Teórico da ação da Itaúsa e o respectivo Preço de Mercado do ativo negociado. O Preço Teórico da ação foi determinado pela soma dos valores de mercado das participações da Itaúsa em quatro companhias abertas (Itaú Unibanco Holding S.A., Duratex S.A., Itaotec S.A, e Elekeiroz S.A) mais fração contábil (ativos mais líquidos da Itaúsa); alcançando a cifra de 70,198 bilhões de Reais.

Ressalta-se que para o cálculo do Preço Teórico, as cotações médias empregaram as cotações das ações mais líquidas das companhias, geralmente preferenciais.

Todos os parâmetros usados no cálculo do Preço Teórico tiveram como base a publicação da Itaúsa de 30/09/2010.

O Preço de Mercado da Itaúsa foi o valor apurado através da cotação das ações da Itaúsa no mercado de bolsa, 56,035 bilhões de Reais.

1. Cálculo do Desconto no Preço da Itaúsa em 30/09/2010:

Empresas de Capital Aberto	Total de Ações (mil)	Cotação Média da Ação Mais Líquida (R\$)	Valor de Mercado das Empresas (R\$ Milhões) (C) = (A) x (B)	Participação da Itaúsa nas Empresas (%) (D)	Valor de Mercado das Participações (R\$ Milhões) (E) = (C) x (D)
Itaú Unibanco Holding S.A.	4.540.463	40,13	182.209	36,60%	66.696
Duratex S.A.	457.880	18,15	8.311	35,32%	2.935
Itaotec S.A.	11.651	48,00	559	94,01%	526
Elekeiroz S.A.	31.485	11,06	348	96,60%	336
Demais Ativos e Passivos Líquidos (F)					-296
Valor de Mercado da Soma das Partes da Itaúsa em 30/09/2010 (G)					70.198
Valor de Mercado da Itaúsa em 30/09/2010 (H)	4.374.282	12,81	56.035	-	56.035
Desconto (%) (I) = (H)/(G)-1					-20,18%

Fonte: Informativo sobre Desconto da ITAUSA – 30/09/2010

O desconto observado de 20% foi o eixo para a determinação do sobrepreço cobrado na operação. Foi estipulado que as partes repartiriam o valor do desconto, logo só a metade do desconto foi transferido para o Preço Final:

$$\text{Desconto} = 1,111 = 1/[1-(20\%/2)]$$

$$\text{Preço Calculado} = \text{R\$}14,50 = \text{R\$}12,96 \times 1,111 \times 1,01$$



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

1. Cálculo do Desconto no Preço da Itaúsa em 29/10/2010:

Empresas de Capital Aberto	Total de Ações (mil)	Cotação Média da Ação Mais Líquida (R\$)	Valor de Mercado das Empresas (R\$ Milhões) (C) = (A) x (B)	Participação da Itaúsa nas Empresas (%)	Valor de Mercado das Participações (R\$ Milhões) (E) = (C) x (D)
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Itaú Unibanco Holding S.A.	4.540.463	41,19	187.022	36,60%	68.458
Duratex S.A.	457.880	19,62	8.984	35,32%	3.173
Itaulec S.A.	11.651	47,25	551	94,01%	518
Elekeiroz S.A.	31.485	10,99	346	96,60%	334
Demais Ativos e Passivos Líquidos (F)					-296
Valor de Mercado da Soma das Partes da Itaúsa em 29/10/2010 (G)					72.187
Valor de Mercado da Itaúsa em 29/10/2010 (H)	4.374.282	13,36	58.440	-	58.440
Desconto (%) (I) = (H)/(G)-1					-19,04%

Fonte: Informativo sobre Desconto da ITAUSA – 29/10/2010

Ocorreu que 29/10/2010, véspera da operação, a Itaúsa divulgou a atualização da avaliação de seu valor teórico, com novo desconto de 19,04%. Neste sentido, o Preço Calculado (1) contratado deveria ter sido corrigido com base nos novos dados:

$$\text{Desconto} = 1,105 = 1/[1-(19\%/2)]$$
$$\text{Preço Calculado (1)} = R\$14,46 = R\$12,96 \times 1,105 \times 1,01$$

1. Cálculo do Desconto no Preço da Itaúsa em 30/11/2010:

Empresas de Capital Aberto	Total de Ações (mil)	Cotação Média da Ação Mais Líquida (R\$)	Valor de Mercado das Empresas (R\$ Milhões) (C) = (A) x (B)	Participação da Itaúsa nas Empresas (%)	Valor de Mercado das Participações (R\$ Milhões) (E) = (C) x (D)
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
Itaú Unibanco Holding S.A.	4.540.463	39,44	179.076	36,60%	65.550
Duratex S.A.	457.880	19,26	8.819	35,32%	3.115
Itaulec S.A.	11.651	47,05	548	94,01%	515
Elekeiroz S.A.	31.485	11,19	352	96,60%	340
Demais Ativos e Passivos Líquidos (F)					-296
Valor de Mercado da Soma das Partes da Itaúsa em 30/11/2010 (G)					69.224
Valor de Mercado da Itaúsa em 30/11/2010 (H)	4.374.282	13,01	56.909	-	56.909
Desconto (%) (I) = (H)/(G)-1					-17,79%

Fonte: Informativo sobre Desconto da ITAUSA – 30/11/2010

Posteriormente, em 30/11/2010, véspera da liquidação da operação, a Itaúsa divulgou nova atualização da avaliação de seu valor teórico, com novo desconto de 18%. Neste sentido, o Preço Calculado (2) deveria ter sido corrigido novamente:

$$\text{Desconto} = 1,099 = 1/[1-(18\%/2)]$$
$$\text{Preço Calculado (2)} = R\$14,38 = R\$12,96 \times 1,099 \times 1,01$$

Além da desatualização dos dados utilizados para o cálculo do Preço Teórico, e consequentemente do sobrepreço incorporado ao Preço Calculado, observa-se que a própria metodologia empregada para o cálculo do preço é inadequada; o acréscimo do sobrepreço ao



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

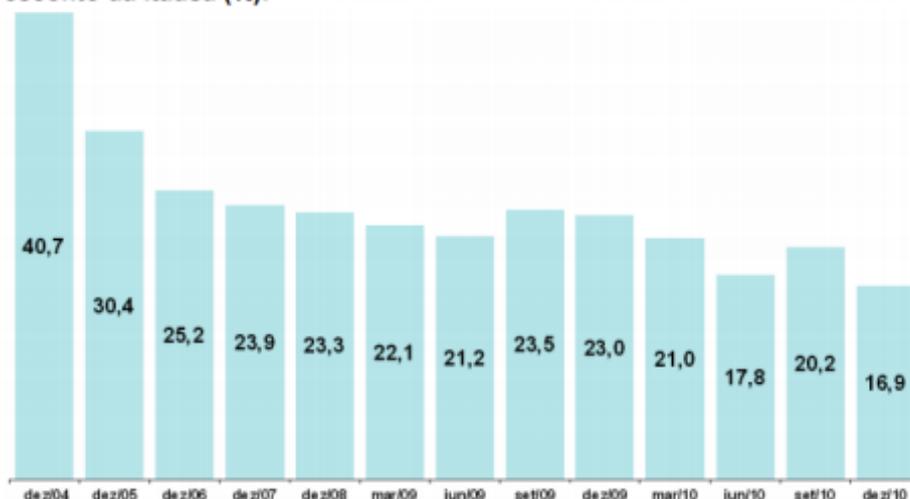
Preço Mercado é questionável, porque pressupõe que o preço realizado no mercado, ajuste de interesses dos comprados e vendedores, é “injusto”. Nessa linha de raciocínio, a precificação aplicada pressupõe que os personagens que habitualmente transacionam o ativo no mercado desconheciam as publicações da Itaúsa, que sobrevalorizavam as ações, tendo em vista que os compradores e vendedores negociavam as ações a preço inferior ao projetado pela Itaúsa. Essa conclusão é absurda.

c) ignorou a distinção evidente entre o Preço Teórico da ação, disseminado pelas corretoras e pelo departamento de relação com investidores da Itaúsa, e o Preço de Mercado da ação, aquele realmente alcançando pela interação entre os comprados e os vendedores. O Preço Mercado difere do Preço Teórico exatamente por prever o prêmio ao comprador para submetese em risco de renda variável.

O mercado de renda variável pressupõe o risco que o investimento resulte em perdas. Nesse sentido, o investidor espera que o ganho no preço da ação seja maior que riscos envolvidos na transação. Para que isso se realize, é preciso que o preço das ações à vista seja aquém do valor potencial, ou seja, que os preços de compra e venda, reflitam a perspectiva de valorização futura.

Observando o Histórico do Desconto da Itaúsa constata-se que o havia continuamente desconto e que este permanecia acima de 16%. Tal fato, corrobora o entendimento de que os compradores e os vendedores acordavam no mercado em negociar as ações em preços menores ao Preço Teórico, mantendo o desconto como medida do potencial de valorização da ação, um prêmio de risco pago ao comprado.

2. Histórico do Desconto da Itaúsa (%):



O Preço de Mercado faz a adequada ponderação entre o Preço Teórico e o risco próprio do negócio; prevendo um prêmio no preço ao comprador pelo risco. Ao “corrigir” o Preço de Mercado, adicionando o sobrepreço baseado no Preço Teórico, na verdade se está inflacionado o preço do ativo, eliminado a recompensa do comprador.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

Devido ao risco sobre os ganhos futuros, inerente ao mercado de ações, é adequado que o comprador receba um abatimento sobre o Preço Teórico para empenhar os seus recursos em ativos financeiros de riscos.

...

e) manteve a correção equivocada do Preço Calculado por meio de taxa do CDI, desconsiderado as variações normais no mercado do ativo.

Como ativo variável, a Ação Ordinária da Itaúsa é atualizada pela própria interação constate e diária do mercado. As inúmeras transações registradas em bolsa de valores, sintetizadas no Preço de Mercado, são mais adequadas para refletir a evolução dos riscos e das expectativas do ativo. Da forma que foi concebida, a correção com base em índice, resultou que o valor nominal do ativo a ser comprado fosse sempre crescente, eliminando todo o risco envolvido neste tipo de transação.

Ainda conforme esse laudo pericial, utilizando os dados de preços, volume e quantidade de títulos do Histórico de Cotações de Ações da Itaúsa (<http://www.Itaúsa.com.br/pt/Itaúsa-no-mercado-de-acoes/acoesem-foco>), o Preço Médio de Mercado das Ações Ordinárias da Itaúsa, antes de 28/10/2010 era de R\$ 12,50 cada ação. Desse modo, concluiu que a PETROS pagou R\$ 422.498.563,74 a mais do que seria o preço de mercado.

	Ações	Preço (A)	Total (A)	Preço (C)	Total (C)	Diferença (A) - (C)
Camargo Corrêa	192572583	R\$14,48	R\$2.788.451.001,84	R\$12,50	RS2.407.157.287,50	RS381.293.714,34
Outros	20810530	R\$14,48	RS301.336.474,40	R\$12,50	RS260.131.625,00	RS41.204.849,40
Total	213383113	RS14,48	RS3.089.787.476,24	R\$12,50	RS2.667.288.912,50	RS422.498.563,74

(A) Preço efetivamente pago. Resultante da metodologia de precificação expressa na API-043/2010 e do limite máximo expresso na API-031/2010.

(C) Preço Médio de Mercado das Ações Ordinárias da Itaúsa, preço médio ponderado praticado nos 120 últimos pregões antes de 28/10/2010. Diferença (A) - (C): Diferença do valor total pago segundo a API-043/2010 e o valor total calculado empregando o Preço Médio de Mercado.

Esse valor de R\$ 12,5 por ação vai ao encontro da suspeita da PREVIC, que destacou também que o próprio valor de R\$ 13,77 do primeiro memorando de entendimento já era em si controvertido e enseja questionamentos em razão da metodologia utilizada na precificação, especialmente porque o preço alcançado empregou estimativas destoantes das



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

previstas no mercado.

Ainda quanto a precificação, o laudo pericial elaborado a pedido da PETROS durante o procedimento de apuração de responsabilidades também apontou que não eram aplicáveis à operação nenhuma das cinco principais justificativas econômicas que poderiam suportar um aumento no valor justo da Itaúsa, quais sejam: i- reestruturação de governança com impactos positivos na gestão da companhia em questão; ii- ganhos de escala ou sinergias; iii- verticalização das atividades; iv- custo da dívida; e v- bloqueio da entrada de novos concorrentes em mercado.

Esse mesmo laudo, no seu item 7, constatou outras irregularidades na metodologia de avaliação do ativo, apontando erros grosseiros, concluindo que o valor justo por ação seria de R\$12,50, e não R\$ 14,48:

O preço unitário de referência para a compra e a venda das ações ordinárias da Itaúsa, **construído e contratado entre as partes, e igual à R\$ 14,48, era completamente inadequado na data da operação** objeto desse laudo, por uma série de razões aqui já elencadas e detalhadas.

Vale ressaltar resumidamente que a construção do preço de R\$ 14,48 (i) desconsiderou o preço de mercado do ativo subjacente e atribuiu um preço de mercado com base nas ações preferenciais, e não com base nas ações ordinárias compradas e vendidas, (ii) majorou o preço do mercado atribuído, justificando a majoração com materiais publicitários imprecisos e com cálculos capciosamente desatualizados, (iii) desconsiderou a diferença evidente entre o preço potencial da ação, divulgado por corretoras e pelo departamento de relação com investidores da própria Itaúsa, e o preço de mercado da ação, desconsiderando portanto, na construção do preço, o prêmio requerido pelo comprador para se incorrer em risco de renda variável (iv) considerou de forma equivocada que a compradora deveria pagar um prêmio de controle (v) congelou, de forma astuta, um preço majorado, e em seguida utilizou correção por renda fixa, garantindo assim que o preço da ação a ser comprada e vendida, preço flutuante por natureza, apenas crescesse nas vésperas da liquidação da operação (vi) ao construir o preço de compra e venda não considerou a possibilidade de um deságio sobre o preço de mercado, ainda que as partes soubessem que a alternativa para vendedora –



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

vender as ações de mercado – levaria décadas para ser efetivada, e ainda que soubessem que a alternativa da compradora – adquirir produto de risco-retorno muito semelhante como compra de ações da Itaú-Unibanco Holding S/A – poderia ser efetivada a mercado e em semanas.

Portanto, o preço justo a ser cobrado por cada uma das 192.572.583 ações ordinárias da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. ("Itaúsa"), denominadas em bolsa pelo código ITSA3, transferidas da vendedora, Camargo Corrêa S.A., para a compradora, Petros, no dia 30 de dezembro de 2010, não poderia ter sido superior ao preço real médio e observado a mercado de ação subjacente e denominada em bolsa pelo código ITSA3.

Assim, entendo que R\$12,5 seria o preço máximo de aquisição na época da operação. A Petros pagou, no mínimo, R\$583.494.926 a mais pela compra do lote de ações ordinárias da Itaúsa, em valores atualizados até o último dia de setembro de 2017." (Grifo Nosso)

O laudo vai no mesmo sentido daquele produzido pela Polícia Federal, concluindo que R\$ 12,50 seria o preço justo da ação. Com efeito, consta do mencionado laudo (p.1.359 da CTI):

R\$12,5 seria um limite superior para o preço de compra e venda, caracterizando um sobre preço de pelo menos 15,8% (R\$14,48/R\$12,51), e uma diferença que, corrigida pelo IPCA desde 30/12/2010 até a data desse laudo, resultaria em uma diferença paga a maior, atualizada, de R\$3,03 por ação, diferença essa que multiplicada pelo número de ações negociadas na época (192.572.583) indica que, em valores corrigidos até o último dia de setembro de 2017, a PETROS pagou no mínimo R\$583.494.926 a mais pela compra do lote de ações ordinárias da Itaúsa, compra essa efetuada em 30/12/2010.

Pelos fatos aqui narrados a PETROS ajuizou ação de reparação de danos contra LUIS CARLOS AFONSO, WAGNER PINHEIRO, MAURÍCIO FRANÇA RUBEM, NEWTON CARNEIRO DA CUNHA, WILSON SANTAROSA, JORGE NAHAS, PAULO TEIXEIRA BRANDÃO, REGINA LUCIA ROCHA VALLE, RONALDO TEDESCO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

VILARDO e ARMANDO RAMOS TRIPODI⁵.

Vale destacar também que, embora o Conselho Deliberativo tivesse autorizado a compra de 192.083.882 ações ordinárias da Itaúsa pertencentes à CAMARGO CORRÊA, a PETROS adquiriu o montante de 192.572.583, conforme laudo pericial realizado no IPL 958/2019 (fls. 32/54 do mencionado IPL).

Note, portanto, que a PETROS adquiriu mais ações da Itaúsa pertencentes à CAMARGO CORRÊA do que o autorizado pelo Conselho Deliberativo, aumentando o prejuízo do fundo de pensão e o lucro daquela empresa. Com efeito, a CAMARGO CORRÊA vendeu mais ações à PETROS do que inicialmente havia oferecido, o que indica que, sabedora dos lucros que obteria em razão de acordos espúrios, aproveitou para comprar mais ações no período e vendê-las em bloco para o Fundo de Pensão. Conforme destacado no relatório da CPI dos Fundos de Pensão (p. 578):

Consta na ordem de compra da PETROS o montante de 192.572.583 ações, 488.700 ações a mais do que a Camargo dizia possuir ao longo das negociações. A Camargo Corrêa, mesmo tendo negociado um volume menor de ações, mostrou-se, na ocasião do leilão, detentora de 192.572.583 ações que foram vendidas a PETROS.

Tais fatos indicam que a Camargo Corrêa, a despeito de estar querendo vender sua participação na Itaúsa, adquiriu mais ações durante a negociação com a PETROS.

A compra dessas ações foi realizada em desacordo com o aprovado no conselho deliberativo. Foi dada uma ordem de compra de uma quantidade de ações maior do que o estabelecido no “Memorando de Entendimentos entre Camargo Corrêa S.A. e PETROS” e aprovado pelo conselho, conforme registrado na Ata 427.

Vale destacar, também, que o investimento não passou pelo Comitê de Investimento (COMIN) da PETROS, conforme exigido pelo normativo interno da PETROS,

5

Processo 0067929-18.2018.8.19.0001, da 32ª Vara Cível do Rio de Janeiro.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

em especial a NE-002 (seção 6.1). De acordo com a referida norma da PETROS, cabia ao COMIN assessorar o Diretor Financeiro e de Investimentos no processo decisório de gestão de recursos dos Planos geridos pela Fundação.

Conforme relatório da CIA da PETROS, a ausência de manifestação do COMIN atenta contra a segurança que as estruturas de governança procuram dar as decisões, da mesma forma, facilita a corrupção na decisão de um investimento (p. 31).

Ademais, conforme destacado pela Comissão de Sindicância interna da PETROS (PRES 007/2017 – p. 17/18 e 21), a análise do investimento foi elaborada por gerência que não tinha competência para tanto.

Com efeito, a gerência que fez toda a análise e participou da elaboração do Memorando de Entendimentos e seu Aditivo foi a Assessoria de Planejamento de Investimentos – API. No entanto, o Plano Básico de Organização - PBO vigente à época atribuiu essa tarefa à Assessoria de Novos Projetos - ANP, ouvida a Gerência de Participações Mobiliárias – GPM, conforme artigos 8.2 e 8.4 do PBO.

Ainda conforme o relatório da Comissão de Sindicância interna da PETROS (PRES 007/17, p. 18), o relatório de análise da PETROS contém diversas informações idênticas àquelas contidas no prospecto elaborado pela Rothschild, demonstrando que a Fundação não fez uma análise adequada do investimento, assumindo como verdade absoluta muitos dos dados e argumentações apresentados pela empresa que fora contratada pela parte interessada em se desfazer das ações.

Também não foi abordado em momento algum a questão de eventuais dividendos, bonificações e direitos de subscrição de ações, dado que esses eventos afetam diretamente o valor das ações.

Vale destacar, ainda, que a aquisição das ações de baixa liquidez ITSA3



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

pertencentes à CAMARGO CORRÊA foram totalmente de encontro com a Política de Investimento da PETROS vigente na época dos fatos, que previa para a carteira permanente a continuidade da “política de ampliação da liquidez dos papéis das empresas nas quais a PETROS tem participação...”. Consta do relatório da Comissão de Sindicância interna da PETROS (PRES 007/17, p.21) que:

Em função da sua baixa liquidez, a compra das ações ITSA3 foi totalmente de encontro à determinação contida na Política de investimentos vigente na época no segmento de renda variável previa "previa "para a carteira permanente, continuaremos com a política de **ampliação da liquidez** dos papéis das empresas nas quais a PETROS tem participação..." (grifo nosso)

Além da dificuldade de realizar o investimento, dado que a PETROS ainda demorou cerca de 3 anos para atingir a participação de 15%, não havia estratégia de saída viável para que se realizasse os ganhos obtidos com a compras das ações e ainda mantivesse a carteira permanente líquida. Ou seja, para atender a Política de Investimentos, as ações preferenciais seriam mais adequadas para o caso em tela em função da liquidez muito superior à das ordinárias.

A iliquidez dos ativos fica ainda mais evidente quando se constata que a PETROS demorou mais 3 anos para adquirir no mercado os 3,6% das ações ordinárias da ITAÚSA, necessários para atingir os 15% pretendidos para o investimento.

Esse fato foi também apontado pela CIA da PETROS, que destacou que “quanto à constatação de baixa liquidez das Ações Itaúsa, esse fator vai de encontro à Política de Investimentos da PETROS então em vigor (vide seção 5.2.3)” (p. 34), bem como contraria a resolução CMN 3.792.

Outrossim, cumpre destacar que os recursos para a compra das ações da ITAÚSA foram obtidos com a venda de 1.285.000 NTN-B, no valor total de R\$ 2.602.894.949,16, em manifesto descumprimento ao acordo que a PETROS possuía com a PETROBRAS.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

Com efeito, a permuta com o Tesouro Nacional das NTN-B foi aprovada pela Diretoria Executiva em 22 de dezembro de 2010, cujo relator do item foi o acusado **LUIS CARLOS AFONSO** (ata 1812). No dia 23 de dezembro de 2010, a PETROS solicitou a permuta das NTN-B ao Tesouro Nacional, por meio do ofício PRES 221/2010, assinado por **WAGNER PINHEIRO**, o qual foi respondido no mesmo dia por meio do Ofício 14/2010/CODIP/SUBSEC3/STN/MFDF, que apresentou as condições financeiras para a permuta. As condições foram então aceitas e autorizadas pela PETROS por meio do Memo API 055/2010, assinado por **CARLOS FERNANDO COSTA**. No entanto esses títulos não poderiam ter sido utilizados pela PETROS sem que houvesse a anuência prévia e expressa da PETROBRAS.

Com efeito, os títulos NTN-B foram entregues à PETROS mediante o Instrumento Particular de Transação Extrajudicial para Quitação da Dívida da Petrobras com a PETROS, contrato n 056/PGFN/CAF – Processo n 17944.001101/2001-30. Na cláusula quarta desse instrumento, itens 4.1 e 4.1, consta a obrigação assumida pela PETROS de não se desfazer dos referidos títulos até a data do vencimento, admitindo-se apenas uma exceção, que seria a identificação de um prejuízo efetivamente qualificável aos participantes do plano PETROS Vida e, para tal, a PETROS deveria solicitar autorização expressa à Petrobras.

Conforme apontado pelo relatório de fiscalização n 28/2014/ERRJ/PREVIC, *“no Instrumento, a Patrocinadora estabelece que a venda só poderia ser feita para atender necessidades do Plano Petrobras Vida, e mesmo assim haveria a necessidade de autorização expressa da Petrobras. Se havia a necessidade da autorização para a condição expressa admitida, quanto mais para outras condições não consideradas”*.

No entanto, para a efetivação da compra das ações da ITAÚSA a PETROS deixa de observar o acordo que tinha com a PETROBRAS e aliena indevidamente os títulos NTN-B,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

sem prévia e expressa anuência da patrocinadora.

A respeito da utilização indevida pela PETROS das NTN-B, consta do auto de infração da PREVIC:

Ficou claro à equipe que a PETROS ingressou numa operação que envolvia mais de R\$ 3 bilhões sem dispor, a priori, das condições de custeá-la, tendo então que violar acordo assinado com a PETROS e negociar títulos públicos que não estavam disponíveis para negociação, inclusive com marcação em curva.

Note que, a pretexto de aumentar a rentabilidade da sua carteira de investimentos, a PETROS vende títulos que teve um rendimento acumulado de 111,97% de 2011 a 2016, por um ativo de renda variável cujo rendimento foi de 20,72%, para o mesmo período, conforme tabela abaixo extraída do relatório da Comissão de Sindicância da PETROS (PRES 007/17, p. 15):

	IPCA	IPCA + 6%	ITSA3	ITSA4
2011	6,50%	12,89%	3,76%	-10,36%
2012	5,84%	12,19%	14,35%	-1,69%
2013	5,91%	12,26%	0,38%	5,63%
2014	6,41%	12,79%	-12,34%	21,22%
2015	10,67%	17,31%	-15,08%	-14,08%
2016	6,29%	12,67%	36,16%	43,35%
Acumulado	49,43%	111,97%	20,72%	38,98%

Vale destacar, também, a participação da CAMARGO CORRÊA no processo de venda das NTN-B por meio do contato direto (e-mail) do Sr. MÁRCIO GARCIA DE SOUZA com o então Diretor de Investimentos, o acusado **LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO**, e com pelo menos um dos bancos interessados na compra dessas NTN-B, o que não é praxe de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

mercado nem razoável que se ocorra num ambiente que deveria priorizar as melhores práticas (PRES 007/2017 – p. 22).

Conforme apontado pela CTI da PETROS, **LUIS CARLOS AFONSO** foi responsabilizado pela PREVIC (AI Previc 12/2015-76 e processo 44170-000004/2015-04) por não tem observado os “princípios de segurança, rentabilidade e transparência e por não observar as práticas que garantem seu dever fiduciário em relação aos participantes do Plano”.

Na 65ª reunião ordinária da Câmara de Recursos da Previdência Complementar – CRPC, realizada em 23 de novembro de 2016, negou-se provimento à defesa apresentada por **LUIS CARLOS AFONSO**, mantendo-se a multa aplicada, cumulada com pena de inabilitação por dois anos.

Vale destacar, também, que as aprovações que ocorriam no Conselho Deliberativo da PETROS eram simplesmente para cumprir formalidades exigidas pelas normas internas do Fundo de Pensão, e não propriamente para analisar o investimento. Esse fato fica claro a partir de e-mails trocados pelos acusados **LUIS CARLOS AFONSO**, **WAGNER PINHEIRO** e **JORGE NAHAS**, nos quais eles discutem uma redação da ata da reunião do conselho deliberativo que melhor atenda a seus interesses espúrios.

Conforme destacado pela CIA da PETROS (p. 36/39), após a realização da reunião do Conselho Deliberativo de 5 de outubro de 2010, em que foi aprovada a compra das ações da ITAÚSA, os acusados **LUIS CARLOS AFONSO** (Diretor Financeiro e de Investimentos), **WAGNER PINHEIRO** (Presidente da PETROS) e o **JORGE NAHAS** (membro do Conselho Deliberativo) iniciam troca e-mails com a finalidade de construir uma redação de ata compatível com seus interesses pessoais, conforme abaixo transcrito:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

- a) Em e-mail enviado no dia 7 de outubro de 2010, **Luis Carlos Afonso** sugere a Jorge Nahas a seguinte proposta de decisão de CD do Projeto Jaú (Anexo 30):

"O Conselho Deliberativo, com base nos termos descritos no memorando API-031/2010, de 27-09-2010, autorizou, por unanimidade, condicionada à

prerrogativa da Petros ter direito a assento no Conselho de Administração: I - a compra de 192.083.883 ações ordinárias de emissão da Itaúsa, de propriedade da Camargo Corrêa, no leilão a ser realizado pela ofertante, ao valor de R\$13,39 por ação - corrigidos pelo CDI - conforme item 4 do memorando API-031/2010; II - a compra de ações ordinárias de emissão da Itaúsa, com o objetivo de atingir aproximadamente 15% do total de ações da companhia, seja em leilão seja em compra a mercado (BMF&BOVESPA), no caso de não atingido o percentual dos 15% na ocasião do leilão do item I."

- b) **Jorge Nahas** responde no dia **08 de outubro de 2010**, sugerindo a seguinte redação (Anexo 30):

*"O Conselho Deliberativo, com base nos termos descritos no memorando API-031/2010, de 27-09-2010, autorizou, por unanimidade, condicionada à prerrogativa da Petros ter direito a assento no Conselho de Administração: I - a compra de 192.083.883 ações ordinárias de emissão da Itaúsa, de propriedade da Camargo Corrêa, no leilão a ser realizado pela ofertante, ao valor de R\$13,39 por ação - corrigidos pelo CDI - conforme item 4 do memorando API-031/2010 desde que este valor não ultrapasse a 5% do preço à vista no dia imediatamente anterior ao leilão II - a compra de ações ordinárias de emissão da Itaúsa, com o objetivo de atingir aproximadamente 15% do total de ações da companhia, seja em leilão seja em compra a mercado (BMF&BOVESPA), no caso de não atingido o percentual dos 15% na ocasião do leilão do item I. **Caso a compra ocorra em leilão a oferta deverá ser submetida a aprovação prévia do Conselho Deliberativo**" (Grifos de Jorge Nahas)*

- c) O e-mail anterior de Jorge Nahas é respondido por **Luis Carlos Afonso** na mesma data (08 de outubro de 2010), com cópia para **Wagner Pinheiro, Carlos Costa e Wagner Lima**, da Secretaria Geral da Petros (Anexo 30), como segue:

*"Caro Nahas,
Sua sugestão de **limitar o valor da compra a 5% do preço a vista no dia imediatamente anterior ao leilão**, fica fora da lógica da formação do preço de \$13,39. Este valor foi resultado da média dos últimos 120 leilões, com a adição da metade do desconto da soma das partes x valor de Itaúsa, conforme demonstrado no processo. O objetivo de aplicar esta metodologia foi de atenuar as variações do dia numa transação dessa magnitude e, assim, evitar qualquer efeito especulativo que possa ocorrer.*

Tentei falar com você, sua secretaria me informou que você está em reunião. Deixei recado no seu celular e deixei o meu celular com sua secretaria, qualquer dúvida, por favor, me ligue.

Abraço!

Luis Carlos"

(Grifo de Luis Carlos Afonso)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

- d) No dia 13 de outubro de 2010 (Anexo 30), Jorge Nahas envia e-mail para Luis Carlos Afonso, Wagner Pinheiro e Wagner Lima:

"(...)

Entendi perfeitamente os pontos colocados pelo Luis Carlos. Contudo, preciso apenas de alguns outros detalhes em relação a estratégia de assegurarmos o assento no Conselho

Por exemplo : caso a oferta de R\$ 13,39 esteja com um premio embutido muito pequeno em relação ao preço a vista no momento do leilão da Camargo, correremos o risco de comprarmos o lote da Camargo e não comprarmos papel algum de outros minoritários. Sendo assim, precisaríamos ir para outro leilão de compra com uma oferta bem maior ou comprar a mercado. Para comprar a mercado, segundo meus cálculos , poderia levar de 3 a 4 anos para comprar os 4 % restantes. Minha preocupação é que para assegurarmos 15% nesta hipótese, tenhamos que oferecer um premio muito alto no leilão subsequente de compra para garantirmos os 4% restantes pois estaríamos numa posição relativamente frágil (de conhecimento dos acionistas minoritários) precisando da compra para assegurar o assento no CA. O DFIN tinha entendido que seria 15% ou nada. Contudo a operação não permite que a PETROS venha desistir do lote da camargo caso não consiga os 4 % restantes

(Grifo Nosso)

- e) Quem responde ao e-mail de Jorge Nahas é **Wagner Pinheiro** (Anexo 30), no mesmo dia, argumentando o quanto segue:

"O que vamos fazer é o seguinte:

-Fazer contato com controladores sobre assento no CA apenas com o percentual comprado da Camargo;

-Conversar com Previ e outros investidores institucionais (Funcef, Bndes e outros) sobre acordo entre nós para nos juntarmos em bloco para eleger membro no CA;

-Não podemos nos esquecer que poderemos fazer valer o direito de voto múltiplo ao juntarmos 10% das ações ON, o que é possível comprando apenas a Camargo;

De resto, o Luis está cuidando de toda estratégia para que compremos lote suficiente para que, sozinhos ou em acordo com acionistas institucionais, tenhamos vaga no CA da empresa.

Lembremos que nossa oferta será de 15% e que poderemos conseguir comprar esse percentual."

- f) No dia 14 de outubro de 2010 (Anexo 30), **Wagner Pinheiro** encaminha as comunicações com Jorge Nahas para **Carlos Costa**.

Esses e-mails também reforçam o conluio existente entre os membros da diretoria executiva e conselho deliberativo, necessário para a aprovação indevida do investimento.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

Ao aprovarem a operação o acusados também violaram a LC 109/01 e a Resolução CMN 3.792/09.

Com efeito, a LC 109 remete ao CMN a responsabilidade de ditar parâmetros para os investimentos de recursos garantidores das reservas técnicas dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar. Nessa linha, foi editada a Resolução CMN 3.792, que exige, dentre outras coisas, que os administradores de EFPC ao aplicar os recursos dos fundos garantidores devem agir orientados pelos princípios da segurança, rentabilidade, liquidez, exercer suas atividade com boa-fé e diligência, além de adotar práticas que garantam o cumprimento de seu dever fiduciário em relação aos participantes (arts. 4 e 5), o que não ocorreu no presente caso.

A fraude fica ainda mais evidenciada quando se tem em mente que os acusados **WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** e **LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO** receberam propina da empresa CAMARGO CORRÊA para a aprovação do investimento fraudulento. Com efeito, o pagamento de propina em razão do investimento fraudulento é extraído do depoimento dos colaboradores **ANTÔNIO PALOCCI FILHO, GUILHEME LEONEL GUSHIKEN, DEMILTON ANTÔNIO DE CASTRO** e **JOESLEY MENDONÇA BATISTA**.

Conforme é possível extrair das colaborações premiadas acima mencionadas, a empresa CAMARGO CORRÊA, por meio de Luiz Nascimento, procurou **LUIZ GUSHIKEN** para viabilizar a venda para a PETROS de ações da Itaúsa que a companhia possuía, prometendo vantagem ilícita no caso de efetivação da operação. Após a atuação daquele agente junto ao mencionado fundo de pensão, especialmente perante os gestores **WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** e **LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO**, a PETROS adquire indevidamente os ativos, em manifesto prejuízo aos participantes do fundo de pensão.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

Em decorrência da operação o gestores **WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** e **LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO** receberam pagamento da vantagem indevida por meio de depósitos em conta bancária no exterior pertencente a **JOESLEY BATISTA**.

O pagamento das vantagens indevidas e a lavagem de dinheiro praticadas por **WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** e **LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO** já foram contempladas na ação penal referente ao FIP Florestal⁶, por isso não vão fazer parte desta denúncia.

A respeito do caso ITAÚSA, **ANTÔNIO PALOCCI FILHO** relatou o interesse da CAMARGO CORRÊA em vender as ações e o pagamento de propina para **WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA** e **LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO** em razão da efetivação do negócio. Transcrevemos abaixo o anexo referente aos fatos:

ANTÔNIO PALOCCI FILHO relata que o negócio era pouco usual e que era muito vantajoso para a CAMARGO CORRÊA, razão pela qual a empresa ofereceu e pagou vantagens indevidas. Transcrevemos o que consta do anexo referente ao presente caso:

A CAMARGO CORRÊA queria realizar a venda das ações que possuía da ITAÚSA, sem que era detentora de 5% da referida empresa A PETROS (Fundo de Pensão dos Funcionários da PETROBRAS) figurava como potencial compradora, mas não se tratava de uma negociação usual, havendo alguma residência. Assim, ANTONIO PALOCCI FILHO foi procurador por LUIZ NASCIMENTO, proprietário da CAMARGO CORRÊA, para ajudar LUIZ GUSHIKEN a agir perante a PETROS, a fim de que o negócio fosse realizado. O negócio seria muito vantajoso para a CAMARGO CORRÊA, razão pela qual a empresa ofereceu uma vantagem indevida para os envolvidos na operação, a qual restou estabelecida num patamar entre 1% e 1,5% do valor da negociação. O encontro ocorreu na sede da empresa CAMARGO CORRÊA em São Paulo, no final de 2009, início de 2010.

Tempos mais tarde, ANTONIO PALOCCI se reuniu com LUIZ

⁶ Autos n. 1033351-97.2019.4.01.3400, da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

GUSCHIKEN para tratar do tema. O encontro ocorreu no primeiro semestre de 2010, na sede da empresa PROJETO em São Paulo/SP. No diálogo, LUIZ GUISHEIN confirmou que tinha conversado com LUIZ NASCIMENTO e solicita que ANTÔNIO PALOCCI FILHO dele ele “tocar o assunto”, o que foi feito. Fato é que o negócio efetivamente deu certo, sobretudo em virtude da forte atuação de LUIZ GUSHIKEN, sendo que, em novembro de 2010, as ações foram adquiridas pela PETROS, por mais de R\$1,6 bilhões de reais. Tendo dado certo o negócio, GUSHIKEN procurou ANTONIO PALOCCI FILHO para verificar como cobriam e dividiriam os valores ilícitos que forma previamente acertados. O encontro aconteceu na residência de ANTONIO PALOCCI FILHO em São Paulo, ainda no mês de novembro de 2010. ANTONIO PALOCCI FILHO, consciente de sua inexpressiva participação na negociação, disse que a sua parte deveria entrar para o PT e para LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. LUIZ GUSHIKEN disse então que iria proceder dessa forma.

Depois desse encontro, ANTONIO PALOCCI FILHO, em conjunto com JOÃO VACCARI e GUSKHEIN resolvem dividir os valores ilícitos da seguinte forma: R\$8 milhões para GUSKHEIN; R\$ 10 milhões para LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA; e R\$ 10 milhões para o PARTIDO DOS TRABALHADORES. Para decidir a divisão, ANTONIO PALOCCI FILHO se encontrou, ainda no final de 2010, várias vezes com JOÃO VACCARI no escritório da PROJETO em São Paulo.

Posteriormente, ANTONIO PALOCCI FILHO recebeu o agradecimento de LUIZ NASCIMENTO, o qual narrou ter repassado R\$ 20 milhões de reais a título de “pagamento” pela realizado do negócio. (...)

(...)

Na reunião, NASCIMENTO comentou que teve que diluir os repasses, para não chamar a atenção, por meio de doações para o INSTITUTO LULA, “contratação” de palestras através da LILS, doações para o PT e repasses para uma conta de JOESLEY BATISTA no exterior, a pedido de GUILHERME GUSHIKEN, filho de LUIZ GUSHIKEN. JOESLEY BATISTA comentou sobre a existência dessa conta no exterior algumas vezes com ANTÔNIO PALOCCI FILHO. (...)

Por sua vez, **GUILHEME LEONEL GUSHIKEN**, também relatou o pagamento de propina para os acusados **WAGNER PINHEIRO** e **LUIS CARLOS AFONSO** em razão da aquisição das ações da ITAÚSA pertencentes à CAMARGO CORRÊA, pagamento esse que foi concretizado por meio da conta OKINAWA:

Em 2012 meu pai me chamou para uma reunião em seu apartamento (...),



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

diante de sua dificuldade de locomoção por estar adoecido, na qual João Vaccari também esteve presente.

Nesta reunião, meu pai me informou da existência de um valor a ser recebido do grupo CAMARGO CORRÊA, o qual teria como responsável e ponto de contato o acionista Luis Nascimento.

Meu pai me informou que a CAMARGO CORRÊA afirmava que apenas poderia pagar tais valores no exterior e que estava tendo dificuldades em receber os recursos devidos. Por tal razão, ele havia chamado João Vaccari para que encontrasse uma alternativa de recebimento.

João Vaccari, por sua vez, sugeriu ao meu pai a possibilidade de recebimento de tais valores pelo grupo JBS, com o qual ele parecia já ter uma relação que possibilitava aquela operação. Meu pai pediu, nesta reunião, que João Vaccari procurasse Joesley Batista e que eu fosse junto no encontro, a fim de averiguar a possibilidade de recebimento dos valores acima mencionados, uma vez que meu pai já não se encontrava em possibilidades de locomoção sem acarretar problemas de saúde.

Eu aceitei, então, o pedido do meu pai para acompanhar João Vaccari na reunião com Joesley Batista e de, posteriormente, confirmar e acompanhar os recebimentos dos valores oriundos da CAMARGO CORRÊA.

Meu pai me informou, posteriormente a esta reunião, que os valores girariam em torno de três a quatro milhões de dólares, destinados ao PT, ao meu pai, Wagner Pinheiro e Luiz Carlos Afonso. A divisão de tais valores já havia sido acertada pelo meu pai, o qual me informou na época, porém, atualmente, não me recordo das respectivas divisões.

Meu pai comentou, ainda, que o valor seria oriundo de uma operação financeira entre PETROS e a CAMARGO CORRÊA, mas não informou outros detalhes. Registro que jamais tive conhecimento da data da operação, dos valores totais envolvidos ou de qualquer negociação envolvendo a operação.

Algumas semanas após esta conversa inicial com meu pai, João Vaccari me informou, por mensagem, da data e local da reunião com Joesley Batista. Seria na sede da J&F, localizada na Marginal Pinheiros em São Paulo.

Nesta reunião, João Vaccari informou Joesley Batista sobre a necessidade de receber determinada quantia no exterior e o questionou se haveria a possibilidade dele receber tais valores e ainda realizar o pagamento a quem de direito, no Brasil.

Joestley Batista afirmou que seria possível operacionalizar o mecanismo proposto por João Vaccari e, diante disso, chamou para participar da reunião seu funcionário de nome Demilton.

A partir da chegada de Demilton, Joesley determinou ao seu funcionário que solucionasse o recebimento dos valores no exterior e realizasse o pagamento no Brasil. Demilton, por sua vez, me pediu então que eu retornasse na empresa



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

após um período (talvez 30 dia), para que me fossem entregues informações acerca da conta a ser disponibilizada para receber os valores.

Após este momento, eu deixei referida reunião, mas João Vaccari ainda permaneceu com Joesley Batista.

Não sei quais assuntos ou o que foi conversado por eles, após minha saída. A minha função já havia sido cumprida: acompanhar João Vaccari, como representante do meu pai, em reunião na qual se buscava solucionar o recebimento de valores no exterior, a pedido de Luis Nascimento a meu pai.

Depois desta reunião, tempos depois, retornei à sede da J&F e recebi das mãos de Demilton um envelope contendo os dados para pagamento dos valores da CAMARGO CORRÊA. O envelope continha dentro uma folha com dados de uma conta nos EUA com nome Okinawa e alguns números (talvez swift). Não me recordo dos números, detalhes, local da conta, etc. A única recordação foi que o nome da conta (Okinawa) me intrigou muito. Não tenho qualquer conhecimento se a conta foi criada somente para esta finalidade ou se a conta já existia antes da reunião acima mencionada e era usada para outra finalidade que desconheço.

após receber o envelope, solicitei para minha então secretária Edlaine uma reunião diretamente com Luis Nascimento, a pedido de meu pai. Em reunião realizada em seu escritório, ainda na antiga sede da CAMARGO CORRÊA em São Paulo/SP (o edifício foi demolido e é o atual São Paulo Corporate Towers), perguntei para Luis Nascimento se ele poderia realizar o pagamento para a JGS e ele afirmou que sim. Diante disso, entreguei o envelope diretamente para ele. Ressalto que esta foi a primeira vez que estive pessoalmente Luis Nascimento. O encontro provavelmente aconteceu entre maio e agosto de 2012, uma vez que foi posterior ao acidente que vitimou Fernando Arruda Botelho, acionista da CAMARGO CORRÊA. Sei disso porque na visita que fiz à sede da Camargo Correia, me lembro do Luiz Nascimento mencionar a sala vazia do Fernando Arruda Botelho em função de sua recente morte, bem como sua admiração por aeronaves (ele me mostrou a sala vazia com vários modelos pendurados na parede e no teto).

Pelo que me recordo, após esta reunião, fui chamado por Luis Nascimento aproximadamente em outras três ou quatro oportunidades, nas quais ele me informou a realização do pagamento de parcelas dos valores acertados em favor da conta indicada pela JBS. Estes encontros foram espaçados em vários meses que perduraram amis de 1 ano.

De posse de tais informações parciais, me reunia com Demilton, na J&F, para informa-lo da realização de tais pagamentos. Demilton, por sua vez, me confirmava o recebimento dos valores. Os encontros com Demilton forma todo na sede da J&F, na Marginal Pinheiros, em São Paulo. A pedido de Deminton, eu não fazia chamadas telefônicas ou por e-mail, mas somente aparecia por lá e chamaria por ele. Em quase todas as vezes que estive na J&F



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

o Demilton estava presente e me recebeu. Os encontros eram todos muito rápidos e somente para conferência dos pagamentos.

A partir das confirmações dadas por Demilton, eu informava meu pai, Joao Vaccari, Wagner Pinheiro e Luiz Carlos Afonso, pessoalmente. Nesses encontros, eu também apresentei a eles os valores que meu pai havia distribuído para cada um. Nenhum fez qualquer objeção ou outra sinalização. Os encontros com João Vaccari para informar sobre os recebimentos dos valores geralmente ocorriam na sede do PT, em São Paulo. Os encontros com Wagner Pinheiro eram mais escassos pois este morava em outra cidade, mas sempre que o encontrava, relatava o andamento das transferências. Ele somente concordava e não fazia outros comentários. Os informes para Luis Carlos Afonso eram mais constantes, uma vez que eu me encontrava com ele em Campinas, geralmente aos sábados pela manhã, na padaria Rico Pane.

Ao final de todos os pagamentos, recordo que Luis Nascimento me informou que havia pago a totalidade dos valores combinados com meu pai em favor da conta indicada pela JBS. Confirmei esta informação com Demilton e repassei a mesma para os demais (Wagner Pinheiro, Joao Vaccari e Luis Carlos). Acho que o último pagamento deve ter sido feito após o falecimento de meu pai, uma vez que me lembro de ter ido no escritório de Luís Nascimento (na Faria Lima) e ter conversado algo sobre a morte de meu pai.

Já **JOESLEY BATISTA**, em seu termo de colaboração nº 97, afirmou que em 2012 João Vaccari Neto pediu para o colaborador emprestar uma conta no exterior para o recebimento de valores. O colaborador aceitou o pedido e emprestou para Vaccari a conta da empresa Okinawa. Transcrevemos o termos de colaboração:

Que em 2012, Joao Vacari abordou o depoente dizendo que por vezes tinha dinheiro no exterior para receber; QUE JV perguntou se o depoente poderia lhe emprestar uma conta bancária no exterior onde tais valores fosse depositados, abrindo-se uma planilha de conta corrente para que ao longo do tempo, na medida em que os depósitos fosse ocorrendo, o depoente fosse ressarcindo os pagamentos das seguintes formas: notas com conteúdo e datas ideologicamente falsos, em dinheiro, depósito em contas no exterior ou em forma dissimulada de doações eleitorais; QUE esse procedimento ocorreu na conta da empresa do depoente, de nome OKINAWA, cujos extratos serão apresentados em momento oportuno.

7 Mídia de fls. 55 do IPL 335/2018.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

O extrato abaixo da conta Okinawa, pertencente a empresa de Joesley Batista de nome Okinawa Investiments Ltd., indica a existência de entradas vindas da empresa LANDCRAFT CORPORATION USA., decorrentes dos pagamentos indevidos noticiados na presente denúncia:

OKINAWA DATA	SAIDAS BENEFICIARIO	VALOR	BANCO
	3L HOLDINGS LLC Totale	\$ 110.000,00	
	CARLOS ANTENOR CONSONI Totale	\$ 2.000.000,00	
	ESCRITORIO DE ADVOCACIA ARNOLDO WALD Tot	\$ 354.000,00	
	EUROCAP CONSULTANTS AND LAWYERS Totale	\$ 20.846,96	
	FIDGEN TORTOKLA SA INV Totale	\$ 128.000,00	
	FIDGEN TORTOLA SA Totale	\$ 33.160,64	
	HAVERFORD ADVISERS LTD Totale	\$ 3.000.000,00	
	J A COMERICA DE GENEROS AS Totale	\$ 5.253.815,89	
	MELIFAN S.A. Totale	\$ 500.000,00	
	ODE INVESTMENT GROUP INC Totale	\$ 4.100.000,00	
	OKINAWA Totale	\$ 850,00	
	RESOLVE MARINE VENTURES LTD Totale	\$ 209.692,00	
	SINGLE CARIOCA LLC Totale	\$ 1.400.000,00	
	STEVEN HIBBE AS Totale	\$ 31.250,00	
	SUN TRADE INVESTMENT Totale	\$ 2.000.000,00	
	VICTOR RESTIS Totale	\$ 4.700.000,00	
	Totale complessivo	\$ 23.841.615,49	

OKINAWA DATA	ENTRADAS REMETENTE	VALOR	BANCO
07/05/2014	BROCKCREEK INVESTMENT, S.A	\$ 249.000,00	CHASE NYC
19/05/2014	BROCKCREEK INVESTMENT, S.A	\$ 149.000,00	BANK CORPORATION PANASSN
30/05/2014	BROCKCREEK INVESTMENT, S.A	\$ 149.000,00	BANK CORPORATION PANASSN
	BROCKCREEK INVESTMENT, S.A Totale	\$ 547.000,00	
23/12/2013	LANDCRAFT CORPORATION USA	\$ 468.430,00	HSBC HONG KONG
27/12/2013	LANDCRAFT CORPORATION USA	\$ 484.300,00	HSBC HONG KONG
01/11/2012	LANDCRAFT CORPORATION USA	\$ 385.175,00	HSBC HONG KONG
06/11/2012	LANDCRAFT CORPORATION USA	\$ 229.895,00	HSBC HONG KONG
13/02/2014	LANDCRAFT CORPORATION USA	\$ 403.675,00	HSBC HONG KONG
	LANDCRAFT CORPORATION USA Totale	\$ 1.971.475,00	
26/11/2014	LINK SNACKS INC MINONG	\$ 1.090.636,50	???????
	LINK SNACKS INC MINONG Totale	\$ 1.090.636,50	
06/08/2013	AS REQUESTED CASH MANAGEMEN	\$ 2.000.000,00	???????
01/10/2013	AS REQUESTED CASH MANAGEMEN	\$ 1.000.000,00	???????
	AS REQUESTED CASH MANAGEMEN Totale	\$ 3.000.000,00	
	Totale complessivo	\$ 6.609.111,50	

Luis e Outros.

Ouvido nos autos do Procedimento Investigatório Criminal PIC -



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

1.16.000.000295/2019-17, DEMILTON ANTÔNIO DE CASTRO confirmou a reunião com GUILHERME GUSHIKEN e JOÃO VACCARI para tratar do recebimento dos valores na conta OKINAWA. Esclareceu, também, que os depósitos vindos da LANDCRAFT CORPORATION estão relacionados a essas tratativas.

Conforme narrado na denúncia do caso FIP Florestal, os valores depositados na conta OKINAWA eram posteriormente repassados para **WAGNER PINHEIRO** por meio de notas fiscais frias da empresa JBS para a empresa Macro Consultoria Empresarial LTDA. (posteriormente denominada de JR-M Consultoria Empresaria LTDA.), pertencente a **JOSE ANTONIO GALANTE DE OLIVEIRA JUNIOR**, que é irmão daquele (**WAGNER PINHEIRO**).

Já os pagamentos ilícitos realizados para **LUÍS CARLOS AFONSO** se dava por meio de depósitos da OKINAWA Investimens Ltd. na conta empresa ODE Investment Group Inc e por meio das *offshores* ODE INVESTIMENT GROUP INC e 3L Holding LLC.

Pelo exposto, fica patente que **WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA, LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, CARLOS FERNANDO COSTA, REGINA LUCIA ROCHA VALLE, ARMANDO RAMOS TRÍPODI, RONALDO TEDESCO VILARDO** e **JORGE JOSÉ NAHAS NETO** geriram de forma fraudulenta a PETROS, incidindo na figura típica prevista no art. 4º, *caput*, da Lei n. 7.492/86.

4. O DESVIO DE RECURSOS DA PETROS EM FAVOR DA CAMARGO CORRÊA

Os acusados **WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA, LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, CARLOS FERNANDO COSTA, REGINA LUCIA ROCHA**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

VALLE, ARMANDO RAMOS TRÍPODI, RONALDO TEDESCO VILARDO e JORGE JOSÉ NAHAS NETO, durante todo o processo que culminou com os atos de gestão fraudulenta aqui já narrados, geraram o *enriquecimento indevido da CAMARGO CORREIA, e, conseqüentemente, de seus controladores, no valor de, no mínimo*, R\$ 422.498.563,74, conforme cálculo constante do laudo da Polícia Federal.

Os atos engendrados de forma orquestrada pelos acusados para permitir que os valores investidos indevidamente pela PETROS (valores que ultrapassam o valor justo) fossem apropriados pela CAMARGO CORRÊA configuram o *crime de desvio de valores de instituição financeira equiparada em proveito alheio*, previsto no artigo 5º, *in fine*, da Lei nº 7.492/1986.

Com efeito, todas as artimanhas de que se valeram os acusados, sobretudo a precificação indevida das ações da ITAÚSA, resultaram no *desvio de dinheiro da PETROS em favor dos sócios/controladores da CAMARGO CORREIA*. É dizer, portanto, que a sobreprecificação fraudulenta dos ativos que integravam levou a PETROS a despende, indevidamente, mais dinheiro no referido investimento em benefício da *holding*.

Assim, os denunciados **WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA, LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, CARLOS FERNANDO COSTA, REGINA LUCIA ROCHA VALLE, ARMANDO RAMOS TRÍPODI, RONALDO TEDESCO VILARDO e JORGE JOSÉ NAHAS NETO desviaram, em proveito da CAMARGO CORREIA, os valores superfaturados** das ações da ITAÚSA.

5. TIPIFICAÇÃO PENAL DAS CONDUTAS

Por todo o exposto, conclui-se que os acusados **WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA, LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, CARLOS FERNANDO COSTA,**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

REGINA LUCIA ROCHA VALLE, ARMANDO RAMOS TRÍPODI, RONALDO TEDESCO VILARDO e JORGE JOSÉ NAHAS NETO, concorreram, conjuntamente, para a prática dos crimes previstos no art. 4º, *caput*, e 5º da Lei 7.492/1986, ao gerirem de forma fraudulenta recursos da PETROS, bem como desviá-los em favor da empresa CAMARGO CORRÊA. Eis o que preconiza o referido dispositivo legal:

Art. 4º Gerir fraudulentamente instituição financeira:

Pena - Reclusão, de 3 (três) a 12 (doze) anos, e multa.

Parágrafo único. Se a gestão é temerária:

Pena - Reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.

Art. 5º Apropriar-se, quaisquer das pessoas mencionadas no art. 25 desta lei, de dinheiro, título, valor ou qualquer outro bem móvel de que tem a posse, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio:

Pena - Reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

6. AS PROVAS DE AUTORIA E MATERIALIDADE E DEMAIS PROVAS A SEREM PRODUZIDAS EM JUÍZO

Os fatos narrados na presente denúncia estão provados por meio de cópias dos documentos que constam dos **Procedimento Investigatório Criminal PIC - 1.16.000.000295/2019-17 e Inquéritos Policiais DPF/DF 1428/2018 e 335/2018**, que instrui a presente ação penal pública.

A **materialidade e a autoria** dos crimes estão comprovados pelos seguintes documentos:

- 1- **Relatório da Comissão de Apuração Interna - CTI da PETROS**⁸

⁸ Juntado no PIC 1.16.000.000295/2019-17.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

- 2- **Anexo 1** 9- **Relatório CPI**
- 3- **Anexo 2** – **AI Previc (Doc 1)**
- 4- **Anexo 3** - **AI Previc (Doc 2)**
- 5- **Anexo 4** - **Relatório Comissão de Sindicância da PETROS 2017**
- 6- **Anexo 5** - **Ação Indenizatória**
- 7- **Anexo 6** - **API 031/2010**
- 8- **Anexo 7** - **Reunião Itaúsa 20.03.2009**
- 9- **Anexo 8** - **Reunião Itaúsa 23.03.2009**
- 10- **Anexo 9** - **Apresentação CAMARGO CORRÊA Itaúsa**
- 11- **Anexo 10** - **Carta Convite Rothschild**
- 12- **Anexo 11** - **ANP 211/2009**
- 13- **Anexo 12** - **Apresentação Rothschild (13.05.2010)**
- 14- **Anexo 13** - **Parecer JUR 700_2009** Anexo 14 - **Ata DE 1723**
- 15- **Anexo 15** - **Proposta Não Vinculante**
- 16- **Anexo 16** - **E-mail Apresentação Rothschild**
- 17- **Anexo 17** - **Apresentação Rothschild Itaúsa 18 set 2009**
- 18- **Anexo 18** - **GOI - Analisar Oferta de Investimento Nº 573 (1)**
- 19- **Anexo 18.1** - **GOI - Analisar Oferta de Investimento Nº 573 (2)**
- 20- **Anexo 19** - **Políticas de Investimentos 2009-2013**
- 21- **Anexo 20** - **NE-002**
- 22- **Anexo 21** – **Anexo NE-002 atual NR-049**

9 Os anexos aqui mencionados são aqueles juntados na relatório da CTI da PETROS. Mantivemos a numeração para facilitar a pesquisa.

SGAS 604, Lote 23, Sala 115, Brasília-DF – CEP: 70.200-640
Tel.: (61) 3313-5268 / Fax: (61) 3313-5685



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

- 23- **Anexo 22 - PLANO BÁSICO DE ORGANIZAÇÃO - Edição 02-2010**
- 24- **Anexo 22.1 - E-mail 23 02 2010**
- 25- **Anexo 23 - E-mail 14 05 2010 Anexo 23.1 - E-mail 19 05 2010**
- 26- **Anexo 23.2 - E-mail 17 05 2010**
- 27- **Anexo 24 - Minuta Contrato**
- 28- **Anexo 24.1 - E-mail 2010 09 20**
- 29- **Anexo 24.2 - E-mail 20 09 2010 - Projeto Jau**
- 30- **Anexo 24.3 - E-mail 21.09.2010**
- 31- **Anexo 24.4 - E-mail 22.09.2010**
- 32- **Anexo 25 - MOU 16.09.2010**
- 33- **Anexo 26 - DE 478.2010**
- 34- **Anexo 27 - CD 170.2010**
- 35- **Anexo 28 - Ata CD-427-2010 de (05-10-2010)**
- 36- **Anexo 29 - E-mail 07.10.2010**
- 37- **Anexo 30 – E-mail JAU – CD**
- 38- **Anexo 31 - E-mail 29.10.2010 - Relatório Mattos Filho**
- 39- **Anexo 32 - JUR 115.2010**
- 40- **Anexo 33 - API 043.2010**
- 41- **Anexo 34 - E-mail NTN-Bs**
- 42- **Anexo 35 - Ata DE 1806 (Processo DE-565.2010)**
- 43- **Anexo 36 - CD 198.2010**
- 44- **Anexo 36.1 - Ata CD-430-2010 de (24-11-2010)**
- 45- **Anexo 37 - E-mail Itaúsa – Procedimento**
- 46- **Anexo 38 - E-mail 10.12.2010 - Comunicação Camargo e PETROS – NTN**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

- 47- Anexo 39 - E-mail 13.12.2010 - Camargo Ajudando Venda NTN
- 48- Anexo 40 - E-mail 15 12 2010 Re RES Itaúsa – Procedimento
- 49- Anexo 41 - GOM 057.2010
- 50- Anexo 42 - DE 667.2010
- 51- Anexo 43 - GOM - 004.2011
- 52- Anexo 44 - DE 1817.2011
- 53- Anexo 45 - Ata DE-1829-2011 de (07-04-2011)
- 54- Anexo 46 - Ata CD-437-2011 de (27-04-2011)
- 55- Anexo 47 - CF-401-2011 de (22-07-2011)
- 56- Anexo 48 - CARTA CF 062-2011 - (01-08-2011)
- 57- Anexo 49 - Esclarecimento aos Participantes da PETROS feito pelos
Conselheiros sobre a operação de ITAÚSA
- 58- Anexo 50 - CF - 005.2012
- 59- Anexo 51 - DINV 040.2013
- 60- Anexo 52 - Ata DE-1895-2012 de (12-04-2012)
- 61- Anexo 53 - Ata DE-1950-2013 de (20-03-2013)
- 62- Anexo 54 - Ata CD-475-2013 de (19-04-2013)
- 63- Anexo 55 - Ata DE 2011
- 64- Anexo 56 - Ata CD-490-2014 de (26-03-2014)
- 65- Anexo 57 - Processo CVM ITAÚSA
- 66- Anexo 58 - DINV-107-2014
- 67- Anexo 59 - Decisão CRPC
- 68- Anexo 61 - E-mails trocados entre José Carlos Moraes Abreu Filho 2
- 69- Anexo 61.1 - E-mails trocados entre José Carlos Moraes Abreu Filho 3



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

- 70- **Anexo 61.2 - E-mails trocados entre José Carlos Moraes Abreu Filho**
- 71- **Anexo 63 – Resolução COMIN 056-E**
- 72- **Anexo 64 – Estatuto Social da PETROS**
- 73- **Anexo 2 da colaboração de Antônio Palocci Filho**
- 74- **Anexo 2 da colaboração premiada de Guilherme Leonel Gushiken**
- 75- **Termo do anexo nº 9 da colaboração premiada de JOESLEY MENDONÇA BATISTA**
- 76- **Depoimento de Demilton De Oliveira**
- 77- **Denúncia FIP Florestal**

Além dos documentos mencionados anteriormente, que se requer que sejam aproveitados no processo criminal como provas judiciais, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** requer, ainda, que os denunciados sejam interrogados em Juízo e que sejam ouvidas as seguintes testemunhas:

1. **Joesley Mendonça Batista**, colaborador da justiça, cujos dados para citação serão informados diretamente ao juízo;
2. **Demilton Antônio de Castro**, colaborador da justiça, cujos dados para citação serão informados diretamente ao juízo;
3. **Antonio Palocci Filho**, colaborador da justiça, cujos dados para citação serão informados diretamente ao juízo;
4. **Guilherme Gushiken**, colaborador da justiça, cujos dados para citação serão informados diretamente ao juízo;
5. **José Aldemário Pinheiro Filho**, colaborador da justiça, cujos dados para



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

citação serão informados diretamente ao juízo¹⁰;

6. **Silvio Sinedino Pinheiro**, presidente do conselho fiscal (mencionado na CPI), portador do CPF nº 198.557.027-00, residente e domiciliado na rua Eliseu Visconti, 407, Santa Teresa, 20251250, Rio De Janeiro – RJ;
7. **Edlaine de Holanda Melo** – secretária de Guilherme Gushiken, portadora do CPF 292.515.198-11, residente e domiciliada na rua Iososuke Okaue, 816, Jd Helian, 08265150, Sao Paulo - SP;
8. **Carlos Pcedente**, motorista de Antônio Palocci, cujo endereço será fornecido posteriormente;
9. **Rita de Cassia dos Santos**, administradora da empresa PROJETO, mencionada por Antonio Palocci, cujo endereço será fornecido posteriormente.

7. PEDIDOS

Por todo o exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** requer que seja recebida a peça acusatória, sejam os acusados citados para responder por escrito à acusação, na forma do art. 396 do CPP, e, ao final, seja julgada procedente a presente ação penal, com a justa condenação dos oras denunciados.

Requer, outrossim, com forte no artigo 387, IV, do Código de Processo Penal, que o juízo fixe, como valor mínimo de reparação econômica e moral das vítimas (a PETROS

¹⁰ Que na oitiva realizada nos procedimentos nº 1.16.000.000128/2016-23 (FIP OAS Empreendimentos) e nº 1.16.000.001998/2019-62 (Invepar) relatou a influência exercida por Luiz Gushiken nos diretores dos fundos de pensão.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

e todos seus participantes e beneficiários), o triplo do total do prejuízo registrado pelo Laudo da Polícia Federal, totalizando R\$ 1.267.495.691,22, valores de dezembro de 2010. A multiplicação do prejuízo por três decorre da aplicação analógica do art. 12, I, da Lei nº 8.429/92, considerando a necessidade de: (i) devolução do produto do crime; (ii) reparação do dano moral coletivo gerado às vítimas do crime; (iii) reparação do dano social difuso gerado; (iv) imposição da multa legal.

Brasília, data da assinatura eletrônica.

Anselmo Henrique Cordeiro Lopes
Procurador da República

Cláudio Drewes José de Siqueira
Procurador da República

Leandro Musa de Almeida
Procurador da República

Sara Moreira de Souza Leite
Procuradora da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 10ª VARA FEDERAL DA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

- Operação Greenfield -

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, por seus membros que esta subscrevem, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e com base nos elementos apurados nos autos em epígrafe, oferece denúncia em face de **WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA, LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, CARLOS FERNANDO COSTA, REGINA LUCIA ROCHA VALLE, ARMANDO RAMOS TRÍPODI, RONALDO TEDESCO VILARDO e JORGE JOSÉ NAHAS NETO** pelos crimes previstos no art. 4º, *caput*, e 5º da Lei 7.492/1986.

Promovemos o arquivamento em relação a:

- a) **MAURÍCIO FRANÇA RUBEM**, Diretor de Seguridade da PETROS na época dos fatos, por ausência de elementos suficientes quanto ao dolo;
- b) **NEWTON CARNEIRO**, Diretor Administrativo, que estava de férias na segunda reunião de diretoria executiva que aprovou a alteração no investimento, inexistindo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

elementos suficientes que demonstrem que ele teria concorrido para o crime;

c) **YVAN BARRETTO DE CARVALHO**, em razão da extinção da punibilidade pelo falecido em 3 de abril de 2012;

d) **PAULO TEIXEIRA BRANDÃO**, CPF/MF nº 239.818.907-44, em razão da extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, uma vez que possui mais de 70 anos de idade, já que nascido em 26/06/1940.

Ressalte-se que os denunciados podem desde já solicitar o benefício do art. 28- A, caput, do Código de Processo Penal (acordo de não persecução penal). Em caso de manifestação de interesse de algum denunciado no referido benefício, o Órgão Ministerial avaliará se estão presentes as condições subjetivas e objetivas necessárias, e então poderá definir as propostas concretamente.

Os demais fatos criminosos que não foram objeto da peça acusatória continuarão sendo investigados em procedimento próprio, uma vez que não estavam eles suficientemente maduros para a formação da *opinio delicti*.

Outrossim, **pleiteia o MPF o levantamento do sigilo dos autos após ao recebimento da denúncia.**

Requer, por fim, a juntada aos autos de folhas de antecedentes dos denunciados e certidões do que constar.

Brasília, data da assinatura eletrônica.

Anselmo Henrique Cordeiro Lopes
Procurador da República

Cláudio Drewes José de Siqueira
Procurador da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Distrito Federal

Leandro Musa de Almeida
Procurador da República

Sara Moreira de Souza Leite
Procuradora da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-DF-00040120/2020 DENÚNCIA nº 2-2020**

.....
Signatário(a): **LEANDRO MUSA DE ALMEIDA**

Data e Hora: **22/05/2020 13:38:27**

Assinado com certificado digital

.....
Signatário(a): **ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES**

Data e Hora: **20/05/2020 23:21:28**

Assinado com certificado digital

.....
Signatário(a): **CLAUDIO DREWES JOSE DE SIQUEIRA**

Data e Hora: **20/05/2020 18:16:48**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **SARA MOREIRA DE SOUZA LEITE**

Data e Hora: **20/05/2020 18:28:00**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave F2925202.B2B3EAC7.286064E9.AF76662F